



# JORNAL do ALGARVE

FUNDADOR: JOSÉ BARÃO

DIRECTOR: ANTÓNIO BARÃO

ANO 18.º

SÁBADO, 22 DE FEVEREIRO DE 1975

AVENÇA

N.º 935

A MAIOR TIRAGEM E EXPANSÃO DE TODOS OS JORNAIS DO ALGARVE

PROPRIEDADE — V.º e HERD.º DE JOSÉ BARÃO

OFICINAS: EMP. LITOGRAFICA DO SUL, S. A. R. L. — VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: RUA DO BRASIL, 48 — VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO — TELEF. 254

LISBOA — TELEF. 361839

FARO — TELEF. 22322

AVULSO 2\$50

## O INQUÉRITO DO JORNAL DO ALGARVE AOS MUNICÍPIOS DA PROVÍNCIA

### A VERDADEIRA CONSCIÊNCIA POLÍTICA FORJA-SE NA LUTA DO DIA A DIA

- diz-nos o dr. Júlio Filipe de Almeida Carrapato, presidente da Comissão Administrativa do Município de Faro

DANDO continuidade ao Inquérito com que pretendemos auscultar os pontos de vista dos responsáveis pela gestão dos Municípios do Algarve, ouvimos o dr. Júlio Filipe de Almeida Carrapato, presidente da Comissão Administrativa da edilidade farense, que nos fez pormenorizada — e documentada — resenha dos problemas e principais aspirações da cidade-capital do nosso Distrito. Eis as nossas perguntas, e as respostas do dr. Almeida Carrapato:

— Como encontrou, ao tomar posse, os diversos serviços da Câmara Municipal a cuja Comissão Administrativa preside? Quais os maiores problemas com que inicialmente deparou para poder desempenhar as suas funções?

— Ao tomarmos posse do cargo de presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal, encontramos o Município envolvido

numa multiplicidade de problemas de difícil e morosa solução, dada a conjuntura herdada. Em certos sectores havia pendências que se arrastavam preguiçosamente ao longo de estradados anos.

«Por outro lado, o agravamento da situação económica e financeira da autarquia tornou mais melindrosa a solução dos casos pendentes pelo agravamento de carências, o que provocou uma hierarquização de prioridades que teve que obedecer a critérios de ocasião, eminentemente práticos e de mero recurso.

«Para elucidação geral, diremos que o acréscimo de despesas provocado pelo aumento dos vencimentos — justíssimo — trouxe embaraços de ordem material, que temos vindo a superar com prudência, de forma a não se perder o equilíbrio financeiro, que temos mantido, apesar das remunerações ao pessoal do quadro e assalariado terem aumentado cerca de 7 500 contos por ano (contando com o pessoal da Câmara e dos Serviços Municipalizados).

«Se as despesas das Câmaras cresceram muito, só há uma maneira de libertá-las de carências económicas: uma reforma fiscal que, sem gravame para o contribuinte pequeno e médio, faça participar em maior quinhão as Câmaras na arrecadação dos impostos directos pagos ao Estado — contribuições prediais, rústica e urbana, imposto sobre a indústria agrícola, contribuição industrial, imposto sobre aplicação de capitais. O que se defende e se tem sugerido por mais de uma vez, é que a distribuição do produto das receitas gerais provenientes destes impostos e contribuições seja feita em termos de as autarquias arrecadarem, na divisão, mais do que lhes é consignado. De resto, não poderá esperar-se das autarquias locais

maior autonomia administrativa sem que elas sejam dotadas de condições materiais que lhes permitam uma relativa independência económica. Isto só se consegue se se travar mais a «fuga» dos recursos locais, o que permitirá até mitigar o recurso, por vezes perigoso, aos subsídios, geradores de situações de dependência, e aliviar os serviços do Estado e os departamentos centrais.

«Estamos esperançados em que a reforma tributária, que esperamos nos venha dar satisfação, já que o diploma promulgado após o 25 de Abril, o decreto-lei n.º 375/74, de 20 de Agosto, aumentando as receitas do Estado, não trouxe proporcional acréscimo de receitas para as Câmaras, atento que os impostos directos, em que as autarquias municipais participam, foram precisamente aqueles em que o contribuinte foi tratado com mais brandura. Em muitos casos — de pequenos contribuintes — com o aumento do escalão de isenção ainda

(Conclui na 6.ª página)



## TEMAS EM DEBATE

### A CANÇÃO DE INTERVENÇÃO POLÍTICA

A Radiotelevisão Portuguesa não quis deixar de participar no Festival da Eurovisão e realizou um concurso para escolher a canção que nos representará em Estocolmo.

Convidou por isso alguns compositores e, após algumas recusas, lá surgiram dez canções que foram apresentadas ao público e por fim votadas pelos próprios compositores e poetas. Resultado: ganhou uma canção bastante inferior, do género das que, nos anos anteriores, têm concorrido, isto é, feita precisamente nos mesmos moldes.

Foi posta de parte a única canção que devia ter ganho porque era a única verdadeiramente revolucionária que poderia neste momento representar Portugal num Festival deste género. Refiro-me ao «Alerta» de José Mário Branco, de todos os trabalhos apresentados o único inteligentemente feito para a circunstância política que vivemos.

Não estamos nós em época de Festivais da Canção e seria lógico que a realização deste fosse apenas para levar lá fora algo que nos representasse, um verdadeiro símbolo do que cá dentro se passa. E afinal vamos ser representados por qualquer coisa que não é peixe nem carne, uma letra de ocasião numa música que nada diz sobre as transformações que sofremos.

Se era essa a intenção, porque fez a Televisão uma tão rigorosa selecção de compositores, porque não realizou um concurso verdadeiramente nacional? Perante tão fraca inspiração, ficamos a pensar se não seria melhor desistirmos de festivais de canções e virarmos-nos para assuntos mais interessantes neste momento para o povo português. E por alguma razão não compareceram à chamada nomes conhecidos da canção política... Talvez por chegarem à conclusão de que um Festival deste tipo tem de ter sempre características comerciais, como provou a votação de sábado passado.

Enfim, uma canção má, que não ficará no ouvido, que não servirá o País interna ou externamente, embora na boca de um bom intérprete. Parece-nos que este Festival será para esquecer — exceptuando, o aparecimento de José Mário Branco, a única nota efectivamente positiva, que teve uma intenção marcada aliás, na declaração de voto final e que poderia apontar um novo caminho num próximo festival de intervenção política. — M. B.



Vista parcial de Faro

## FACTOS E IMAGENS

### TEATRO «ALGARVIO» NA R. T. P.

EMBORA tenhamos no Algarve válidos agrupamentos de teatro, não foi nenhum deles, como o título das presentes linhas poderia deixar supor, que na penúltima quarta-feira, vimos na R. T. P. O teatro «algarvio», era-o apenas quanto ao autor, o inclito Manuel Teixeira Gomes e em relação ao entredo e à localização da peça, a sua apreciada «Sabina Freire» que, embora escrita há largos decénios e situada no lusitano contexto de há cerca de três quartos de século, facilmente, com ligeira adaptação, poderia «passar» como fruto das nossas decadentes vivências do último lustro.

O facto de a encenação e interpretação desta «Sabina Freire» não serem produto algarvio, não nos impediu de com autêntico prazer a saborearmos, prazer que, pensamos, se houvesse tornado extensivo a muitos dos que a viram e ouviram.

Cremos que esta obra do grande prosador de Portimão em nada



### MANOBRAS ANTI-ECONÓMICAS

AS dificuldades económicas e financeiras que se verificam em muitos sectores da vida nacional são grandemente agravadas por uma série de medidas negativas que se vêm registando. Quem as provoca? Ou inconscientes ou reaccionários que se aproveitam da confusão existente, em vários do-

(Conclui na 3.ª página)

sau diminuída dos minúsculos «écrans» da TV, já que o laborioso trabalho dos principais intérpretes, as duas Freires, a desinibida «Sabina», tão magistralmente à-vontade encarnada por Leonor Poira e a velha «conservadora» «Maria», a que o saber e a exper-

(Conclui na 6.ª página)

## FALANDO AINDA SOBRE UM ANTIFASCISTA VILA-REALENSE: ANTÓNIO BANDEIRA CABRITA

por A. Vicente Campinas

SE fosse vivo, António Bandeira Cabrita andaria pelos 65 anos. Nasceu em Vila Real de Santo António. Era filho do que foi tesoureiro da Câmara desta vila, durante longos anos. Seu pai, além de tesoureiro, tinha um estabelecimento de comércio de artigos regionais e artísticos, num prédio que faz canto na Praça Marquês de Pombal, entre a farmácia Carrilho e a Tesouraria da Fazenda Pública, que era dirigido pela esposa. Velho republicano, desde as primeiras horas da República, respeitado e respeitador, duma modestia ímpar, o «senhor Cabrita», como era conhecido por toda a gente, teve cinco filhos: quatro raparigas e o António. O António, que desde rapaz denotou um inteligência fora do comum, com espírito inventivo e depressa se impôs como excelente estudante liceal.

Durante as férias, vinha sempre à sua terra para nela continuar seus estudos, suas experiências inventivas. E também para fazer compreender a seus jovens amigos os seus ideais de fraternalismo, de socialismo, de camaradagem entre os homens, de compreensão entre os estudantes e os trabalhadores. Mas não limitava essa sua actividade a conversas isoladas ou a reuniões restritas com seus amigos mais chegados. Expandiu-as, através de um trabalho de organização

dos trabalhadores vila-realenses, com a ajuda de alguns jovens que então começavam a compreender e a aceitar as suas ideias antifascistas. Isto passava-se já depois do golpe militar de 28 de Maio de 1926, mas antes de 1933, em que

(Conclui na 3.ª página)

## DAS PALAVRAS ÀS ACÇÕES

per Nelson Araújo

NO local de trabalho, nos cafés, nos centros de reunião ou na rua, quase toda a gente hoje em dia, felizmente, fala de partidos políticos, de liberdade, de direitos mais do que de obrigações, enfim, discute política, faz política. Uns são socialistas, outros comunistas, uns são PPdés outros MDPés, CDEsses e PDCés, etc., etc., pois por graças a Deus ou por desfortuna de todos nós, partidos não faltam e todos afirmam inequivocamente que defendem a democra-

cia, ou seja as classes populares. Entretanto, pouco a pouco vamos-nos convencendo de que, como estivemos privados durante longos anos de todos os nossos direitos, de hoje em diante nada mais temos para fazer senão reclamar direitos e mais direitos, pois que, obrigações e só obrigações já as tivemos de sobra durante o período negro da nossa história.

(Conclui na 3.ª página)

## DIREITO À EDUCAÇÃO E AO TRABALHO

por Maria de Olhão

PODE parecer cansativo aos nossos possíveis leitores, uma e outra vez chamarmos a atenção para o caso das crianças e jovens escolarizáveis que não podem usufruir os direitos que lhes assistem. De compleição física normal ou deficiente, de inteligência vulgar ou reduzida, com qualquer limitação total ou parcial dos sentidos, todos têm de ser vistos pela sociedade como pessoas e, assim, merecer cuidados, segundo as suas carências e problemas. Quantas vezes a família é a primeira a marginalizar, inconscientemente, o filho considerado deficiente e, quantas mais não é ela igualmente vítima dos outros que a evitam por ter posto no mundo um ser menos perfeito! Há ainda, felizmente, casos de famílias excepcionais que souberam aceitar o problema e tudo tentaram para tornar o filho um ser menos deficiente e até produtivo, graças à reabilitação, rara e onerosa por ora.

Se é tremenda a ignorância em que temos vivido quanto às possibilidades de recuperar todos aqueles quem recaiu o rótulo de incapazes — tantas vezes errado e sempre nefasto — tremenda vai ser a luta necessária para banir a arcaica solução que, em nome da caridade, segregava e minimizava quem não nascera são e escoreito. Mas é tempo de lutar e de esclarecer: há novas técnicas e novas atitudes a assumir perante os que o destino

marcou. Um novo mundo lhes pode ser proporcionado desde que os consideremos em pé de igualdade com os restantes membros da comunidade. Não só havemos de ganhar nova mentalidade para tudo o que nos rodeia como não deixaremos aos outros o encargo de buscar soluções para tais casos visto que a outrem e não a nós dizem respeito. Não! A sociedade é responsável pelo esquecimento que

tem pesado sobre tais casos, cujo número cresce muito mais do que o interesse e a busca de ensino e de labor especial para cada tipo de deficiência.

De que serve trabalhar por uma integração de deficientes na escola e na oficina se a comunidade e, até por vezes a própria família, não

(Conclui na 3.ª página)

## NOTA da redacção

OS problemas do Algarve têm de ser postos no plano local e observados dentro do nosso esquema, em conjunto, e não com perspectivas utópicas e fantasistas, fora das realidades.

Muitas vezes, no passado, aconteceram sermos forçados a esta ou àquela solução e não havia outra maneira de actuar, pois os trabalhadores não possuíam outras armas para impor as suas reivindicações.

Chegou, porém, a altura do diálogo, do verdadeiro diálogo, em que são dadas oportunidades a ambas as partes. E se as exigências são razoáveis e resultantes já de contra-propostas (referimónos ao caso particular do projectado contrato de trabalho dos pescadores) é de supor que os trabalhadores se sintam no direito de exigir mais atenção utilizando a sua arma forte, ou seja, a greve.

Esquecidos pelos armadores durante longos anos e verificando que, depois do 25 de Abril, pouca atenção se lhes presta, os nossos homens do mar aí estão a apresentar as suas razões fortes. Eles são a voz que nunca foi ouvida e que hoje tem todo o direito e oportunidade de falar; eles são uma força que nunca pôde actuar, mas que ganhou através do tempo, razões de sobra para o fazer, em face das circunstâncias.

Profissão cheia de perigos, de incertezas e de incomodidades, o pescador sente-se maltratado, posto à margem, ultrapassado. Considera-se injustamente avaliado, numa sociedade onde persiste o sentimento de classe. Vi-

TÃO FORTE COMO A RAZÃO

tima da burguesia, manobrado pelo patronato, o pescador põe os pés à parede para gritar: chega! Sim, chegou a sua hora. Ou agora ou nunca! Sente-se que vêm à superfície reivindicações que esperaram anos de silêncio para ganhar força. Mas esta é, sem dúvida, a grande oportunidade dos nossos homens do mar. A sua voz já pode fazer-se ouvir por todo o litoral algarvio...

## A saúde é a maior riqueza

Para o bem do próximo

Nas três primeiras semanas após a cura da difteria e até nos três primeiros meses, o indivíduo pode continuar a transmitir a doença, porque conserva, na garganta e nas fossas nasais, os germes da infecção. Mas se o exame de laboratório comprovar a inexistência do germe, desapareceu o perigo de contágio.

Se teve difteria, procure a Subdelegação de Saúde, para verificar se ainda tem bacilos diftéricos.

## PROPRIEDADES VENDEM-SE

Óptima situação, instalações modernas, estradas asfaltadas, água e luz, moradias e linda vista.  
Resposta ao Apartado 48 — Vila Real de Santo António ou a este jornal ao n.º 169/75.

## NOTÍCIAS DE FARO

### FOI DIFÍCIL!

«Esta vez, confessamos aos nossos escassos leitores que nos foi difícil arranjar assunto para estas «notícias». Falar mais uma vez do estado lastimoso em que se encontram as ruas desta cidade? Dizer que apesar da campanha de poupança de energia em que o Governo Provisório está empenhado, há estabelecimentos que continuam com os seus anúncios luminosos e as suas montras iluminadas até ao reabrir?

Falar de tantas coisas que estão mal nesta capital do Algarve e às quais aqui nos temos já referido, sem que as entidades a quem compete resolver os problemas lhes liguem? Então é melhor não malarmos mais em ferro frio, e ficarmos calado, mesmo que nos mingue o assunto para as notícias...

### SERIA INTERESSANTE

Ao lermos há dias uma notícia sobre a Escola de Hotelaria e Turismo, veio-nos à ideia que seria interessante que este estabelecimento de ensino fizesse anualmente um concurso de cozinha e doçaria regionais entre os muitos «mestres-amadores» que proliferam na nossa Província, para melhor conhecimento da verdadeira cozinha e doçaria regionais algarvias.

Seria interessante e útil, porque possivelmente muitas receitas seriam aproveitadas para as ementas que os restaurantes servem aos turistas que nos visitam.

### MAIS UMA

Mais uma vez o Algarve foi esquecido nas altas esferas da capital, em relação a outras regiões do País, quando se trata de mandar cá abaixo qualquer embaixada artística.

Agora, foi o agrupamento artístico dos Focos da Ucrânia que visitou o nosso País, tendo-se exibido em algumas capitais de Província, sem que a nossa fosse visitada, apesar das facilidades de transporte entre Lisboa e Faro e de casas de espectáculos com melhores condições que as existentes noutras terras de província.

### PROPAGANDA POLÍTICA

Estamos numa época de aturada propaganda política, esforçando-se cada partido por colocar o maior número de cartazes para atrair o mais possível a atenção do público, cartazes esses cuja confecção envolve muitos milhares de escudos.

Pena é que nem todos respeitem a ética democrática de viver e deixar viver, arrancando de madrugada o que os adversários políticos (muitas vezes amigos pessoais) colocam de noite.

### Dr. Diamantino D. Baltazar

Médico Especialista  
DOENÇAS E CIRURGIA  
dos Rins e Vias Urinárias  
Consultas às segundas, quartas e sextas-feiras a partir das 15 horas  
Consultório:  
Rua Baptista Lopes,  
30-A - 1.º Esquerdo  
FARO  
Telefones { Consultório 22013  
Residência 24761

Nem todos, evidentemente, afinam pelo mesmo diapasão (valhano isso) pois que alguns nem colam os seus cartazes sobre propaganda, mesmo desactualizada, de outros partidos.

Sejam os coerentes, agindo democraticamente, não querendo o sol (que é como quem diz as paredes) só para nós, ou então voltaremos aos tempos antigos em que só um partido podia fazer a sua propaganda sem ser molestado e em que os legionários andavam de balde de cal na mão, pela calada da noite, apagando a propaganda feita pela oposição.

José Gil

Demonstre o seu  
carinho com prendas

«CARAVELA»

CARAVELA

Vila Real de Sto. António

## Prossegue o I Festival de Teatro Livre do Algarve

O I Festival de Teatro Livre do Algarve, organizado pelo Grupo de Teatro Lethes com o apoio da Comissão Regional de Turismo, terá continuidade em 1 do próximo mês. No Teatro Lethes e pelo grupo do mesmo nome, será apresentada a peça «PIDE, história da repressão», que tem conhecido êxito, quer na sua estreia em Évora, como nas várias sessões no âmbito do Programa de Dinamização Cultural do Movimento das Forças Armadas.

O I Festival de Teatro Livre do Algarve encerra no dia 8 de Março, com a presença, no Teatro Lethes, da Companhia do Teatro Estúdio de Lisboa, dirigida por Luzia Maria Martins, sendo representada a peça «Lisboa - 72/74».

## Vice-presidentes de Municípios do Algarve

Foram nomeados para exercer as funções de vice-presidentes das Comissões Administrativas das Câmaras Municipais de Loulé, Vila Real de Santo António, Lagoa e Tavira, respectivamente os srs. António Maria Andrade de Sousa, João Ilídio Setúbal, Joaquim Manuel Charneco e José Gregório do Carmo.

## COMPRO

Propriedade rústica, de preferência com água.  
Resposta ao Stand Avenida — telefone 62482 — LOULÉ.

## NOTÍCIAS de Barão de S. João (Lagos)

### JORNADA DO M. F. A.

Uma equipa de voluntários, chegou na manhã de 9 deste mês, a Barão de S. João, para ajudar os homens do povo, na cobertura de duas fossas para lixo, que se espera resolvam os problemas das montureiras.

Trabalhou-se afinadamente até às 3 horas da tarde, hora em que uma refeição, preparada por algumas senhoras com produtos oferecidos pela povoação, decorreu na escola, onde se confraternizou com os militares. Havia muita alegria, embora estivessem todos inquietos com o acidente ocorrido a um trabalhador das obras da junta.

A noite realizou-se uma sessão de esclarecimento, seguida com muito interesse e boa disposição pela numerosa assistência, e na qual participou o comandante do C. I. C. A. 5, major Branco.

### CONFRATERNIZAÇÃO NA MATA

A Junta de Freguesia de Barão de S. João, com o apoio técnico do Parque de Turismo de Lagos e a participação da Comissão Regional de Turismo, efectuou uma bela jornada de confraternização popular. Procurando retomar a antiga tradição do passeio à mata, na quarta-feira de Cinzas, ai organizou provas desportivas dirigidas pelo sr. Cascada, que procurou pôr em movimento todas as idades.

Foi muito aplaudida a participação do «jovem» sr. Manuel Vieira, de 67 anos, na prova de marcha.

A Filarmónica Lacobrigense 1.ª de Maio, desfilou com o brilho habitual pelas ruas da povoação, formando um grande cortejo popular. Exponetaneamente o povo organizou uma pequena festa para os músicos, em que lhes deu a provar chouriços de fabrico caseiro, vinho e pão.

O povo de Barão de São João está empenhado em valorizar a sua mata, grande fonte de rendimentos futuros, no lúcido intento de que é a criação de riqueza, pela base, que ajuda o desenvolvimento da Nação.

Eis os resultados das provas desportivas:

1 000 metros — 10 a 13 anos: 1.º, Jorge Alberto Bandarra Rocha; 2.º, Carlos Alberto Segurado; 3.º, Carlos Albano.

1 500 metros, 14 aos 16: 1.º, António José Marreiros dos Santos; 2.º, José Vicente Furtado Lopes; 3.º, Nuno Marreiros Santos.

2 500 metros, 17 aos 23: 1.º, José Francisco; 2.º, António Gonçalves; 3.º, José Francisco Furtado Martins.

Prova de marcha, todas as idades: 1.º, José da Luz; 2.º, José António da Silva Marreiros; 3.º, Matias da Silva Marreiros.

Deodato Santos

## Partido da Unidade Popular (P. U. P.)

Promovida pelo jornal «A Verdade» e como apoio à implantação política do Partido da Unidade Popular (P. U. P.) decorreram em Faro nas sociedades Recreativa dos Artistas e do Alto Rodes, sessões de esclarecimento e divulgação, em que foram analisadas as linhas do partido, e a actual situação política. Foi projectado o filme «Tchapeu».

## Baile de finalistas em Vila Real de Santo António

No salão da Capitania do Porto de Vila Real de Santo António realiza-se hoje, às 22 horas, o baile dos finalistas da Escola Secundária Polivalente, abrilhantado pelos conjuntos «Pop 71» e «Os únicos + 1».

# AGENDA

## Ecos

### Fim de curso

Na Faculdade de Medicina de Coimbra, concluiu a sua formatura o dr. Francisco Manuel da Ponte Gonçalves Madeira, filho da sr.ª D. Laurinda da Ponte Gonçalves Madeira e do sr. Francisco Lopes Madeira, residentes em Vila Real de Santo António.

### Partidas e ohegadas

Está a férias nas Hortas de Vila Real de Santo António o sr. José João Baptista Ribeiro, nosso assistente em Lisboa.

### Gente nova

Em Lisboa, na Maternidade da Associação dos Empregados do Comércio, deu à luz um menino, a sr.ª D. Isabel Maria Oliveira Teixeira Gomes Cardoso, esposa do sr. Arménio João Gomes Cardoso. O neófito, que recebeu o nome de Luís Miguel Teixeira Gomes Cardoso, é neto materno da sr.ª D. Maria de Lurdes Oliveira Teixeira e do sr. dr. Orlando Teixeira e paterno, da sr.ª D. Encarnação Maria Cardoso e do sr. Manuel da Costa Cardoso.

Na mesma Maternidade, deu à luz um menino que recebeu o nome de Rui Filipe Cardoso Sousa Geraldes, a sr.ª D. Maria Luísa Gomes Cardoso Sousa Geraldes, esposa do sr. Alvaro Caraça Sousa Geraldes.

O neófito é neto materno da sr.ª D. Encarnação Maria Cardoso e do sr. Manuel da Costa Cardoso e paterno, da sr.ª D. Beatriz Caraça Geraldes e do sr. João de Sousa Geraldes.

## Farmácias

### DE SERVIÇO

Em ALBUFEIRA, hoje, a Farmácia Alves de Sousa; e até sexta-feira, a Farmácia Piedade.

Em FARO, hoje, a Farmácia Almeida; amanhã, Montepio; segunda-feira, Higien; terça, Graça Mira; quarta, Pereira Gago; quinta, Pontes Sequeira e sexta-feira, Baptista.

Em LAGOS, a Farmácia Ribeiro Lopes.

Em LOULÉ, hoje, a Farmácia Madeira; amanhã, Confiança; segunda-feira, Pinheiro; terça, Pinto; quarta, Avenida; quinta, Madeira e sexta-feira, Confiança.

Em OLHÃO, hoje, a Farmácia Rocha; amanhã, Pacheco; segunda-feira, Progresso; terça, Olhanense; quarta, Ferro; quinta, Rocha e sexta-feira, Pacheco.

Em PORTIMÃO, hoje, a Farmácia Oliveira Furtado; amanhã, Moderna; segunda-feira, Carvalho; terça, Rosa Nunes; quarta, Dias; quinta, Central e sexta-feira, Oliveira Furtado.

Em TAVIRA, hoje, a Farmácia Montepio; amanhã, Aboim; segunda-feira, Central; terça, Franco; quarta, Sousa; quinta, Montepio e sexta-feira, Aboim.

Em VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO, a Farmácia Silva.

## Cinemas

Em ALBUFEIRA, no Cine-Pax, hoje, «A carga da polícia montada»; amanhã, «O encontro»; terça-feira, «Dá-lhe agora»; quarta-feira, «Lolita»; quinta-feira, «A rainha do Karaté»; sexta-feira, «Big Boss».

Em ALMANSIL, no Cinema Miranda, hoje, «Prazeres de vampira»; amanhã, «Um homem de respeito»; terça-feira, «Sangue, suor e pólvora»; quinta-feira, «Zambo, o senhor da selva».

Em FARO, no Cinema Santo António, hoje, «O amor faz-me fome»; amanhã, «Os intrusos»; terça-feira, «O crocodilo»; quarta-feira, «Um homem e uma mulher»; quinta-feira, «Sexo louco»; sexta-feira, «Eu não perdo, eu mato».

Em LAGOS, no Teatro Cinema Império, amanhã (3 sessões), segunda e terça-feira, «A grande farsa»; quarta-feira, «O crocodilo».

Em LOULÉ, no Cine-Teatro Louletano, hoje, «Apocalypse Joe»; amanhã, «Mulheres é comigo»; terça-feira, «Os corsários da ilha verde»; quinta-feira, «O braço violento de Kung-Fu».

Em PORTIMÃO, no Cine-Teatro, hoje, «Os profissionais»; amanhã, em matinee e soirée, e segunda-feira, «007 e o homem da pistola dourada»; terça-feira, «Na pista da droga»; quarta-feira, «Dá-lhe agora»; quinta-feira, «O último

tango em Zagarol»; sexta-feira, «Os 3 mosquiteiros».

Em SILVES, no Cine-Teatro Silvesense, hoje, «O Califórnia»; amanhã, em matinee e soirée, «Os amigos»; terça-feira, «Noite sem fim»; quinta-feira, «A irmã da casta Susana».

Em VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO, no Cine-Foz, hoje, «O mascarado Kriminal»; amanhã, «Diário íntimo duma mulher»; terça-feira, «Mulheres é comigo»; quinta-feira, «Amor de perdição».

## Televisão

Algumas rubricas que poderá ver no 1.º Programa da R. T. P.: Hoje, às 13,45 horas, «A pedra branca»; 15,15, «Duas vezes um triz» (série filmada); 17,30, «Andebol de 7»; 19, Memórias do nosso tempo; 21, cinema, «O 4.º Mandamento».

Amanhã, 13,45, «Wickie, o viking»; 18,45, TV rural; 19,15, «Diário de um professor».

Segunda-feira, 13,45, «A minha grande aventura»; 19,05, Cancioneiro.

Terça-feira, 12,45, «Laurel e Hardy»; 13,45, «Dominic» (série filmada); 20,15, Programa do M. F. A.; 21,15, «Aula de alemão».

Quarta-feira, 13,45, «O mundo secreto de John Monro»; 19, Imagens da vida de uma cidade; 19,30, TV rural; 20,15 (teatro), «Fuentovejuna».

Quinta-feira, 13,45, «Pollyanna» (série filmada); 20,40, «Nicolau no país das maravilhas».

Sexta-feira, 13,15, «Stop» — problemas de trânsito; 13,45, «Jamie» (série filmada); 20,30, «Os inquiridos do comissário Maigret».

## Necrologia

D. Teresa Travassos do Carmo Oeiras

Em S. Paulo (Brasil), faleceu a sr.ª D. Teresa Travassos do Carmo Oeiras, viúva. Era mãe das sr.ªs D. Arminda do Carmo Oeiras Correia, casada com o sr. José Correia e D. Alcinda do Carmo Oeiras Travassos, casada com o sr. Joaquim Travassos e irmã do capitão Joaquim Travassos, já falecido.

### Manuel Henrique Espadinha

Faleceu em Tavira o sr. Manuel Henrique Espadinha, de 71 anos, natural de Santo Estêvão mas há largos anos residente em Santa Catarina da Fonte do Bispo, onde era proprietário. Era casado com a sr.ª D. Ana do Carmo Barradas; pai da sr.ª D. Maria Henrique Barradas Pires, casada com o sr. Ilderico do Nascimento Pires e dos srs. Júlio Henrique Espadinha Barradas, casado com a sr.ª D. Helena Maria Teixeira Barradas e engr. agr. Faustino Barradas, funcionário da Estação Agrária de Tavira, casado com a sr.ª D. Maria dos

SÍTIO DO DESBARATO  
S. BRÁS DE ALPORTEL

## AGRADECIMENTO CATARINA MARIA

Sua filha Maria Catarina Pereira e genro, Joaquim Marcos Pereira, agradecem por este meio a todas as pessoas que se incorporaram no préstito fúnebre de sua mãe e sogra, até à última morada. A todos reiteram o penhor da sua profunda gratidão.

## BARCOS - VENDEM-SE

### TRAINEIRAS:

«FÓIA» — equipada com motor «Baudouin» de 150 HP, comprimento f. f., 17,20 metros.

«OLÍMPIA SÉRGIO» — equipada com motor «GM», de 170 HP, comprimento f. f., 17,80 metros.

Ambas possuem 2 sondas «Belatrix», radiotelefone, alador, e artes completas (40 cabos de rede, cada).

Podem ser transaccionadas com ou sem rede.

### ENVIADAS (ACOSTADOS):

«FIDALGO» — com motor «Baudouin», de 75 HP, com radiotelefone. Comprimento — 12,70 metros.

«ODALISCA» — com motor «GM», de 68/77 HP e radiotelefone. Comprimento — 12,85 metros.

«MÁRIO» — com motor «Cummins» de 90 HP e radiotelefone. Comprimento — 12 metros.

«PORTIMONENSE» — com motor «Hanomag», de 58 HP. Comprimento — 11,35 metros.

Trata — José do Carmo Ribeiro — Rua D. Carlos I, 14-A — PORTIMÃO — Telefones 24491 ou 22879.

Anjos Pontes de Brito Lima Barradas.

### D. Atilde Pereira da Silva Gago

Em Faro, de onde era natural, faleceu a sr.ª D. Atilde Pereira da Silva Gago, de 69 anos, casada com o sr. António Guerreiro da Silva Gago. Era mãe das sr.ªs D. Maria Isabel Pereira da Silva Gago Vespasiano, casada com o eng. Fernando de Brito Vespasiano, residente em Almada e D. Lucília Pereira da Silva Gago Mealha, viúva do dr. José Formosinho Mealha, residente em Silves, e do sr. António Jorge Pereira da Silva Gago, casado com a sr.ª D. Irene Ferreira Alves Gago, residente na Amadora.

### D. Zília de Almeida Lima Elias

Faleceu em Faro, onde residia, a sr.ª D. Zília de Almeida Lima Elias, de 91 anos, viúva, natural de Silves. Era mãe dos srs. Dimas de Almeida Duarte Lima, funcionário da Hidráulica do Guadiana, em Faro, Francisco de Almeida Lima Elias e José de Almeida Lima Elias (falecido), sogra das sr.ªs D. Maria do Vale Santos Lima, D. Maria da Franca Leal Duarte Lima, professora do Ensino Secundário em Faro e D. Maria José de Castro Lima Elias.

O funeral, que constituiu expressiva manifestação de pesar, efectuou-se da igreja do Pé da Cruz, após celebração de missa de corpo presente para jazigo de família no cemitério de Silves.

As famílias enlutadas apresenta o *Jornal do Algarve*, sentidos pésames.

## Lotas

De 5 a 17 de Fevereiro  
QUARTEIRA

Artes diversas . . . 558 285\$00

## AGRADECIMENTO

José Telmo Amblat Correia, Juliano José Picoito Correia, Maria Luísa Menau Correia, Cecília Laura Menau Correia, Maria Anália Picoito Correia Sevin, Cristiano Sevin, Maria Celeste Picoito Correia Dautrém, Raul Dautrém, Anália Maria Correia Luís Laranjo e esposo; assim como todos os membros e amigos das famílias: Correia, Picoito, Sevin, Dautrém, Laranjo e Bizarro; na impossibilidade de o fazerem pessoalmente, vêm por este meio agradecer a todas as pessoas que tiveram a amabilidade de acompanhar à sua última morada ou que de qualquer maneira manifestaram o seu grande pesar pelo falecimento de sua extremosa: Esposa, Mãe, Avó, Sogra e Tia, D. MARIA CRISTIANA PICOITO CORREIA, falecida em 12 de Janeiro de 1975.

R. P. E.

## AGRADECIMENTO

FRANCISCO JOSÉ MATIAS DE OLIVEIRA SANTOS

A família enlutada agradece a todo o pessoal do Hotel Garbe e respectivos familiares que os acompanharam neste doloroso transe.

## Casinos do Algarve

os sensacionais  
**WAYNE & TYREE**  
o malabarista  
**D'ANGOLY'S JUNIOR**  
o ballet  
**THE BRAVO DANCERS**  
e a Orquestra do Casino

ALVOR-TEL. (0-082) 2 31 41

a espectacular  
**MANDI WILSON**  
o ilusionista francês  
**PIERRE BRAMA**  
o ballet  
**PRODUCTIONS MONDIALES**  
e a Orquestra do Casino

VILAMOURA-TEL. (0-089) 6 53 19/86

a voz de  
**PAULO DE CARVALHO**  
os ilusionistas  
**TEL SMIT & PARTNER**  
o ballet  
**OSCAR GONZALEZ DANCERS**  
e a Orquestra do Casino

MONTE GORDO-TEL. 22 24/5/6

EM VILAMOURA, ÀS 0,30 H-UTOPIA-UM ESPECTACULO DE STRIP-TEASE

INTERDITO A MENORES DE 18 ANOS

Sala de máquinas-acesso livre a maiores de 21 anos-Sala de jogos-diariamente das 17 h. às 3 h.

# ULTRAMARINOS!

A grande chance para um começo novo em *Portimão*: Vende-se moderníssima lavandaria Self-Ser-vice e industrial com contratos já para esta época.

Aproveite um ótimo investimento no início da época em condições excepcionais!

Contacte Apartado 147 — PORTIMÃO.

# Das palavras às acções

(Conclusão da 1.ª página)

Chegados a este ponto, impõe-se chamar a atenção de todos os verdadeiros democratas, independentemente da sua ideologia partidária, de que em verdade entramos numa era em que podemos reclamar livremente os nossos direitos e fazê-los acatar, mas chegar ao ponto de nos convencermos de que já não temos obrigações a cumprir é que é cair num grave erro. Obrigações temo-las agora, mais do que nunca. Agora, este jardim à beira-mar plantado é de todos nós, o mesmo é dizer que todos nós somos responsáveis pelo muito de bom ou pelo muito de mau que se venha a fazer neste novo Portugal. Todos acreditamos e esperamos

# Direito à educação e ao trabalho

(Conclusão da 1.ª página)

foram sensibilizadas ao problema? E quando poderá sentir-se integrado o deficiente enquanto a sociedade o não olhar sem piedadezinhas humilhantes e inúteis? Numa obra editada em 1961 — «Blindness» — o autor, o p. Carroll não se cansa de afirmar que o programa de reabilitação é constituído por um conjunto de técnicas e atitudes delicadamente urdidas com o fim de beneficiar toda a personalidade e, noutro parágrafo do mesmo livro, acentua que «a reabilitação não só está relacionada com atitudes e aptidões mas também com a aceitação do deficiente pela sociedade». E a nossa está no caminho da abertura e da maturidade, pelo que não pode excluir das suas preocupações as preocupações de tantos milhares de portugueses a quem falta ensino especial, oficinas protegidas, centros de trabalho vigiados e assistência médica, pedagógica, oficial e psicológica adequadas.

Maria de Olhão

JORNAL DO ALGARVE  
N.º 935 — 22-2-75

TRIBUNAL JUDICIAL DA  
COMARCA DE PORTIMÃO

# Anúncio

2.ª PUBLICAÇÃO

No dia 11 do próximo mês de Março, pelas 14 horas, no Tribunal Judicial da comarca de Portimão, nos autos de Carta-Precatória, vindos do 7.º Juízo Cível da comarca de Lisboa e extraídos dos autos de Execução de Sentença que, Equipamentos de Laboratório, Ltd.ª, move contra a Executada Transportadora Portimonense, Ltd.ª, com sede na Rua Mousinho de Albuquerque, S/N, r/c desta cidade de Portimão, há-de ser posta em praça pela primeira vez, para se arrematar ao maior lance oferecido acima do indicado no processo a seguinte:

— Uma embarcação designada por Traineira, para a pesca da sardinha, denominada «LA ROSE», com a matrícula PM-46 C, registada na Capitania do Porto de Portimão, da qual fazem parte os seguintes apetrechos: — Um guincho, duas sondas «BEL-LATRIX» e respectivos cabos de amarração.

Portimão, 3 de Fevereiro de 1975.

O Escrivão da 1.ª Secção,

Abílio dos Anjos Martins  
Verifiquei.

O Juiz Substituto,

Magda Maria Gameiro de Oliveira Portela

# Notariado Português Cartório Notarial de Silves

A CARGO DO NOTÁRIO LICENCIADO MÁRIO DA SILVA RAMIRES REIS

Certifico para efeitos de publicação que no dia 31 de Janeiro de 1975, de fls. 88 verso a fls. 89, do Livro D-8, deste Cartório Notarial, foi lavrada uma escritura de sociedade entre, DOMINGOS CORREIA MOURINHO, casado com a segunda outorgante, segundo o regime de comunhão geral de bens, e MARIA DA ASCENSÃO DOS SANTOS LOIA MOURINHO, casada com o primeiro outorgante, residentes nesta cidade de onde são naturais, nos termos constantes dos artigos seguintes: PRIMEIRO: — a sociedade adopta a firma «DOMINGOS CORREIA MOURINHO LIMITADA»; — SEGUNDO — A sociedade tem a sua sede e o seu estabelecimento comercial em Silves, na Rua Alexandre Herculano; TERCEIRO — A duração da sociedade é por tempo indeterminado e teve o seu início no dia dois de Janeiro do corrente ano; QUARTO: — o seu objecto é oficina e reparação de automóveis, acessórios e estação de serviço, ou qualquer outra actividade que seja indicada por deliberação em assembleia geral e que seja legal; QUINTO: — O capital social é de QUINHENTOS MIL ESCUDOS, inteiramente realizado em dinheiro, que já

deu entrada na Caixa Social, e dividido em duas quotas, uma de trezentos e cinquenta mil escudos, pertencente ao sócio Domingos Correia Mourinho, e outra de cento e cinquenta mil escudos, pertencente à sócia Maria da Ascensão dos Santos Loia Mourinho: SEXTO: — A cessão de quotas a estranhos depende da autorização de assembleia geral: SÉTIMO: — A assinatura de qualquer dos sócios basta para obrigar a sociedade porquanto ambos os sócios são nomeados gerentes com a retribuição a fixar em assembleia geral: OITAVO: — No omissio regularão as disposições da lei de onze de Abril de mil novecentos e um e mais legislação aplicável.

Está conforme ao original.

Silves, onze de Fevereiro de mil novecentos e setenta e cinco.

O 2.º Ajudante,

Hermenegildo Henrique dos Santos Silva

Barcos de pesca e recreio à vela e a motor em poliéster reforçado com fibra de vidro

Construídos por:

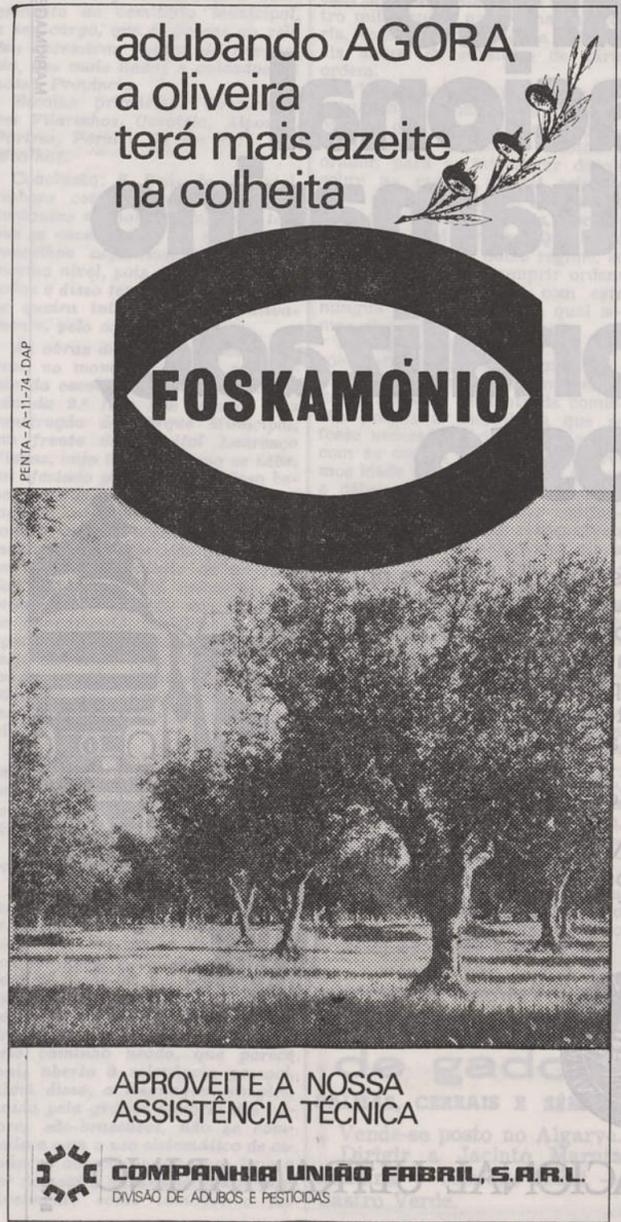
APM

R. Convento da Sr.ª da Glória, 25  
Telef. 63179 — LAGOS

**VENDEMOS**  
Apartamentos novos e optimamente situados em Monte Gordo  
Preços a partir de 350.000\$00  
Isentos de sisa até 31 de Março

Agência Comercial e Turística, Lda.  
Telefone 311  
Vila Real de Santo António

adubando AGORA a oliveira terá mais azeite na colheita



**FOSKAMÓNIO**

APROVEITE A NOSSA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

COMPANHIA UNIÃO FABRIL, S.A.R.L.  
DIVISÃO DE ADUBOS E PESTICIDAS

# Falando ainda sobre um antifascista vila-realense: António Bandeira Cabrita

(Conclusão da 1.ª página)

tinha sido decretada já por Salazar e seus acólitos, a extinção dos sindicatos operários. Já depois do 28 de Maio, António Bandeira Cabrita se esforçava para que os sindicatos operários que então existiam em Vila Real de Santo António, se transformassem num sindicato único. Porque, dizia ele com a simplicidade convincente de quem sabe da matéria, a força do operariado reside na sua unidade efectiva e duradoura. Batalhou com sua inteligência, seu exemplo e seu entusiasmo para que fosse constituído um sindicato de todos os trabalhadores da vila fronteiriça. E daí nasceu o Sindicato dos Trabalhadores de Terra e Mar, de Vila Real de Santo António, nos anos de 1928, ou 1929 (a memória nem sempre nos ajuda...). Esse sindicato foi a trave mestra na unidade dos trabalhadores das diversas profissões, e à sua direcção pertenceu António Bandeira Cabrita, como dela fez parte, também, com todas as deficiências da inexperiência de um jovem de dezoito anos, o autor destas linhas. A sede estava instalada onde hoje se encontra o Restaurante-Café Janelas Verdes, na Rua Jacinto José de Andrade, em Vila Real de Santo António.

Depois, em 1933, quando o ditador Salazar decretou a extinção dos Sindicatos Operários, o Sindicato dos Trabalhadores de Terra e Mar, desta vila, teve idêntica sorte que todos os outros do País: as suas portas foram encerradas e os seus bens confiscados pelo poder fascista-salazarista. Toda a organização sindical operária sofreu o rude golpe que a levou ao seu forçado desaparecimento. E que deu origem, depois, à greve revolucionária nacional do 18 de Janeiro de 1934 — fez agora precisamente quarenta e um anos — que mobilizou muitas dezenas de milhares de trabalhadores, grande parte sindi-

calistas que, dessa maneira, protestaram contra o desaparecimento forçado pelo governo salazarista dos seus verdadeiros sindicatos.

Mas António Bandeira Cabrita, como tantos outros militantes antifascistas, continuou a luta. Como o escrevinhador destas linhas. Cada um à sua maneira. Mas, ele, com uma outra coragem, uma outra decisão, outros meios que a ajudavam e a facilitavam. Continuou-a na Universidade. Foi preso várias vezes, ainda como estudante. Mas a cada libertação, nova retomada no seu posto de lutador contra a opressão e a injustiça fascistas.

Uma das suas participações (a última em território português) em acções revolucionárias, foi a de 8 de Agosto (ou 11 de Agosto?) de 1934 ou 1935 (outra vez a memória não corresponde à confiança que nela depositamos...) em que um punhado de antifascistas, militares e civis, procurou, numa acção decidida mas ferozmente reprimida, derrubar o governo salazarista. Preso, novamente, permaneceu na Penitenciária de Lisboa, só saindo de lá para o desterro na longínqua ilha (metade portuguesa...) de Timor, onde a bandeira verde-rubra flutua, não se sabe por quanto tempo ainda. Agora (o agora de depois do 25 de Abril) que a descolonização, honrosa para um País como o nosso que começou a dar os primeiros passos no caminho da Democracia e no respeito dos outros povos livres do Mundo, não podemos saber por quanto tempo ainda flutuará a bandeira portuguesa aos ventos dessas bandas do longínquo oriente. Mas o que sabemos é que António Bandeira Cabrita, jovem vila-realense, lutador antifascista, democrata coerente e corajoso, sofreu longo desterro político nessas terras timorenses. Até que um dia...

Falaremos nisso, na próxima vez.  
Paris, Fevereiro 1975

A. Vicente Campinas

# JANELA DO MUNDO

(Conclusão da 1.ª página)

mínios, para cruzar os braços e não actuar. Ou, o que é muito pior, decidir acções contrárias ao que seria normalmente de esperar e que não servem os interesses nacionais.

No momento em que o Governo se preocupa em elaborar um plano económico de emergência para acudir a tantos sectores do País que necessitam de reactivar as suas funções; no momento em que se dirigem apelos com vista a uma maior actividade laboral, há homens que cruzam os braços e esperam e outros que procuram até atrasar o bom andamento de certas funções. É o que se passa no sector escolar, que entrou numa engrenagem de escassa produção, desenvolvendo mais reuniões escolares do que aulas propriamente ditas; é o que se passa naquelas propriedades do Alentejo onde se preferiu enterrar a azeitona a dá-la de alimento ao gado; é o que se passa com os desvíos de grandes somas para o estrangeiro, numa tentativa de provocar alarme financeiro; é o que se passa com certas empresas essenciais que atrasam a produção ou com alguns patrões que recusam possibilidades de diálogo, sabendo que isso vai provocar o mal-estar interno e as dissensões; é por fim o que se passa com os fabricantes de boatos que aproveitam todas as circunstâncias para lançar a sua rede de notícias-falsas, a tal ponto que os próprios órgãos de informação as divulgam sem dar por isso.

Não há dívida que existe neste País uma poderosa máquina reaccionária, que se fortaleceu durante meio-século de ditadura fascista; ela perturba mesmo a mentalidade de muitos, quase inconscientemente, porque a deformou lentamente e à vontade.

Há que denunciar esta mentalidade, mas, acima de tudo, há que evitar que ela alastre aproveitando-se das circunstâncias difíceis que o País atravessa. Um espírito verdadeiramente democrático não embarca em tais manobras e compete ao trabalhador, em cada ponto onde exerça actividade, manter-se alerta contra a existência desses indivíduos, que são os agentes alarmistas e derrotistas do processo revolucionário.

Esses, sim, é necessário denunciar e ainda mais, fazer silenciar pela evidência dos factos. A sua acção é nefasta, principalmente junto dos hesitantes, daqueles que só se convencem após uma longa exibição de argumentos e provas. E, neste momento, acima de tudo, há que confiar em ideias e pôr definitivamente à margem os falsos argumentos do passado que ainda são utilizados pelos provocadores. Não há lugar para eles na nova sociedade que se pretende construir.

Mateus Boaventura

MINISTÉRIO da ECONOMIA  
SECRETARIA DE ESTADO  
DA  
INDÚSTRIA E ENERGIA  
DIRECÇÃO - GERAL  
DOS COMBUSTÍVEIS

# Edital

Eu, Mário da Silva, eng- chefe da 2.ª Repartição da Direcção-Geral dos Combustíveis,

Faço saber que o Aero Clube de Faro pretende obter licença para uma instalação de armazenagem de gasolina, com a capacidade aproximada de 30 000 litros, sita no Aeroporto de Faro, concelho e distrito de Faro.

El como a referida instalação se acha abrangida pelas disposições do Decreto n.º 29 034, de 1 de Outubro de 1938, que regulamenta a importação, armazenagem e tratamento industrial dos petróleos brutos, seus derivados e resíduos e pelas do Decreto n.º 36 270, de 9 de Maio de 1947, que aprova o Regulamento de Segurança daquelas instalações, com os inconvenientes de perigo de incêndio, explosão e derrames, são por isso e em conformidade com as disposições do citado Decreto n.º 29 034, convidadas as entidades singulares ou colectivas, a apresentar, por escrito, dentro do prazo de 20 dias, contados da data da publicação deste edital, as suas reclamações contra a concessão da licença requerida e examinar o respectivo processo nesta Repartição, na Rua da Beneficência, n.º 241, de Lisboa.

Lisboa e Direcção-Geral dos Combustíveis, 23 de Janeiro de 1975.

O eng.º-chefe da 2.ª Repartição

Mário da Silva

JORNAL DO ALGARVE  
N.º 935 — 22-2-75

TRIBUNAL JUDICIAL DA  
COMARCA DE VILA REAL  
DE SANTO ANTÓNIO

## Anúncio

### 1.ª PUBLICAÇÃO

Faz-se saber que na Acção Ordinária de Reivindicação n.º 66/74, que corre termos por este Tribunal Judicial, movida por Maria José Rodrigues Xavier Rita, viúva, domiciliada em Monte Gordo, desta comarca, contra os réus ERNESTO AUGUSTO SALES, viúvo, residente em parte incerta mas com última residência conhecida na Praça D. Luís, n.º 17, 1.º andar, dt.º, em Lisboa, e ERNESTO SALES, LDA., representada pelo anterior réu com sede em Vila Real de Santo António, são estes réus CITADOS para contestarem, querendo, apresentando a sua defesa no prazo de 20 dias, que começa a correr depois de finda a dilação de 30 dias, contada da data da 2.ª publicação do presente anúncio, sob a cominação de virem a ser condenados no pedido que a autora deduz naquele processo e que consiste em a autora ser viúva-meeira e cabeça de casal da herança aberta por óbito de seu marido José António Rita, falecido em 6-12-973, e dessa herança indivisa faz parte o prédio urbano situado no lugar de Lazareto, desta comarca de Vila Real de Santo António, inscrito na matriz predial sob o artigo 104 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1382, a fls. 117 v.º do Livro B-4, constituído por vários armazéns destinados à indústria da seca de peixe, com terreno anexo, tendo a área de 1 150 m2 coberta e 3 010 m2 descoberta, o qual encontra-se desde há dezenas de anos, cerca de 40 anos, na posse plena e fruição do extinto José António Rita e depois na posse da Autora e herdeiros daquele, por ter sido adquirido pelo dito José António Rita por acordo com a Comissão Judicial encarregada da liquidação dos bens do réu Ernesto Augusto Sales que havia caído no estado de falência e sido obtida uma concordata nesse sentido com todos os seus credores, representados por aquela Comissão.

Vila Real de Santo António,  
31 de Janeiro de 1975

VERIFIQUEI:

O Juiz de Direito,

(a) *Luís Flores Ribeiro*

O Escrivão de Direito,

(a) *Américo G. Correia*

## VENDE-SE EM MÉRTOLA

Prédio, com superfície de 963 m2 e área descoberta de 98 m2.

Terreno próximo ao mesmo, com 1 750 m à entrada da Rua Alves Redol (estrada do Algarve).

Servindo para qualquer ramo de negócio.

Informa: sr. Rodolfo Santos.

## Vende-se

Duas casas de rés-do-chão na Rua Ministro Duarte Pacheco, 40-42, em Vila Real de Santo António. Informações pelo telef. 479.

## Aulas de primeiros socorros na Corporação de Bombeiros de Vila Real de Santo António

Orientadas pelo sr. Alvaro Campero Munhoz, abriram na Corporação de Bombeiros Voluntários de Vila Real de Santo António aulas sobre os primeiros socorros a prestar em caso de acidentes.

Embora dirigidas essencialmente aos membros daquela Corporação, as aulas, que decorrem às quartas-feiras, às 21 horas, podem ser frequentadas por todas as pessoas que o desejarem.

## COMPANHIA DE SEGUROS GENERALI Estores «Duralex» e Revestimentos Prestígio

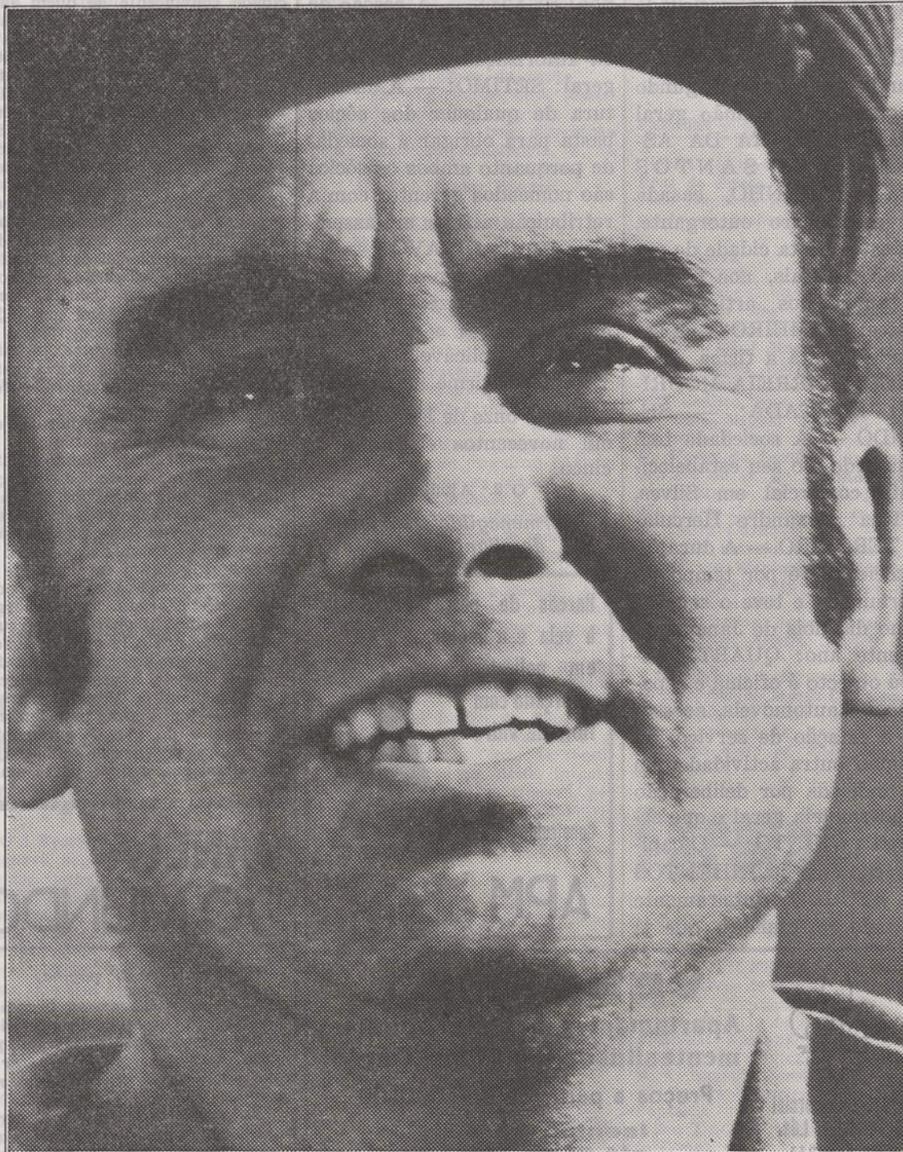
Representado por: GAVINO SIMÕES  
SEGUROS EM TODOS OS RAMOS

Fazem-se e Repararam-se Estores.

Fornecimento e Aplicação de Alcatifas, Revestimentos Plásticos (mosaico ou peça), Papéis Laváveis e Vinílicos para paredes.

Orçamentos grátis:

Rua D. Francisco Gomes, 37-3.º Esq.º — Telef. 366 — Vila Real de Santo António.



# banco nacional ultramarino nacionalizado, nosso

Nosso.

De todos quantos lutamos por uma agricultura mais apetrechada, mais moderna, mais produtiva. Banco nacionalizado é banco seguro para o seu dinheiro, porque tem atrás de si o Estado. Banco nacionalizado não é só eficácia. É solidariedade. Não é só negócio. É Nação.

Banco Nacional Ultramarino.  
110 anos de experiência.  
A maior rede bancária do País.



BANCO NACIONAL ULTRAMARINO

## CORREIO de LAGOS

### PRIMEIRA SESSÃO DE ESCLARECIMENTO CÍVICO DO MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

No sábado passado assistimos à primeira sessão de esclarecimento cívico levada a efeito pelo M. F. A. em Lagos.

Do major Branco, comandante militar de Lagos, que desde há muito vem contribuindo para solucionar os problemas que a cada momento surgem, por desentendimentos filhos da ignorância de uns e prepotência de outros, muito nos foi dado ouvir, comprovativo de que as Forças Armadas continuam no firme propósito de prosseguir no programa que as levou ao Movimento do 25 de Abril, conservando-se pois anti-partidárias, com o que, em nosso modesto entender, só se prestigiarão, porque a política, quer queiramos quer não, peca por ausência de isenção dos seus mais activos dirigentes. Foram dadas explicações sobre a forma mais aconselhável para bem votar, como para atenuar os maléficis efeitos da inflação, citando-se que, relativamente ao pão, os consumidores podem exigir pão de 1.ª pelo preço de 2.ª quando este falte.

Sobre o futebol-espectáculo, foi referido, por orador familiarizado com assuntos desportivos, o bastante para nos convencerem que algo está mal e terá de ser modificado, porquanto negociatas de volume se têm feito à sombra de tal modalidade, em benefício de exploradores e prejuízo de explorados. O povo aproveitou do que ficou dito, sendo de esperar que mais sessões surjam, e essas, então, com colaboração de grupos de teatro e música.

### DETURPAÇÃO DO QUE ESCREVIEMOS SOBRE SESSÕES DE ESCLARECIMENTO POLÍTICO?

De que errar é próprio dos homens, não temos qualquer dúvida, mas de que nos anima a vontade de acertar, estamos absolutamente convencido.

Quando assistimos a qualquer sessão de esclarecimento político, temos o cuidado de observar as posições de oradores e assistentes, para comentar com justiça e imparcialidade as divagações de uns e outros.

Regra geral, pouco se constrói e assim, o que passamos ao papel é fruto do que resumidamente alcançamos para dar uma ideia o mais aproximada possível do valor ou da negação do que foi dito.

Estão os que nos lêem no pleno direito de contestar o que escrevemos, para que publicamente luz se faça sobre possíveis erros, mas como abundam as pessoas que por ausência de formação, preferem deturpar a verdade das coisas, em regime de conversa de «comadres», veio ao nosso conhecimento que senhores cultos que assistem às sessões de esclarecimento político, se permitem falar de tal forma que dão a quem as ouve ideias contrárias ao que expusemos. Fazem-no por deturpação da nossa forma de dizer, ou por paixão política? Os políticos têm todas as palavras, e, quase sempre, poucas obras, havendo necessidade, pois, de não irmos em «cantigas». Como o esclarecimento se impõe, importa que todas tornem públicas as suas dúvidas.

### A SITUAÇÃO DA FILARMÓNICA 1.º DE MAIO

Dos assuntos debatidos em 14 deste mês na reunião da Comissão Concelhia de Democratização, o que mais atenção mereceu foi a situação da Filarmónica 1.º de Maio, agrupamento musical criado em 1932, e que ameaça ruir se não forem tomadas medidas urgentes para a sua consolidação. Sem regente há bastante tempo, poucos aprendizes se formam, visto que o filarmónico mais dedicado e assíduo, só com sacrifício do seu ganha-pão, vai leccionando o que sabe e não considera suficiente para uma verdadeira formação. A sede não reúne condições para se tornar em escola de música, que só será possível com regente habilitado e para se dispor deste, há que ter fundos. As receitas não

vão além de 10 contos anuais, subsídio da Câmara Municipal, e reduzida quotização de sócios, que longe de aumentar diminui por deficiente actuação da Filarmónica.

Sugestões acertadas surgiram para debelar o mal, como a participação dos clubes recreativos e desportivos, através de filhos de sócios que frequentariam a escola de música, apoio de entidades oficiais que se interessem pelas coisas de cultura e arte, e subsídio mais volumoso da Câmara Municipal, de forma a obter-se dinheiro que baste para contratar um professor de música que leccione aprendizes e filarmónicos e para arrendamento de casa que sirva de sede condigna.

Teremos a dita de uma «revolução» que dê o necessário à escola de música e uma filarmónica que honre Lagos?

### OS ACTOS DE VANDALISMO CONTINUAM

Apesar do Movimento de 25 de Abril, possível por um punhado de militares cónscios do momento difícil que a Nação atravessava após 48 anos de regime fascista, os actos de vandalismo continuam, comprovando-se assim que o povo não está ainda preparado para fazer uso da liberdade que tal Movimento visou.

Recentemente, em Lagos, ao cimo da Rua General Alberto da Silveira, um automóvel particular, pertença de pessoa bem comportada, mas que não reúne condições para ter garagem privativa, foi «mimosado» com pedradas, obra dos vândalos que a horas mortas actuam maldosamente neste campo e no de frases escritas nas paredes, praticamente insultuosas. O estrago no automóvel custou ao proprietário 800\$00, apesar de ser trabalho para 1 200\$00. Observámos-lhe que deveria ter apresentado queixa à Polícia, mas foi-nos dizendo, que pouco poderia adiantar, porque o autor ou autores de actos de vandalismo, não sendo apanhados em flagrante, dificilmente se localizam.

Resolvemos porém tornar o caso público, para que a Polícia, empenhada na moralização dos costumes, redobre de esforços, detendo para averiguações todas as pessoas suspeitas que a horas mortas vagueiam pelas ruas da cidade, porque Lagos quer e pode dar exemplos de civismo que alguns «filhos da noite» estão prejudicando.

### TEM 12 000 OBRAS A BIBLIOTECA DE JÚLIO DANTAS

No número anterior, em apontamento intitulado «A obra de Júlio Dantas ainda está guardada para Lagos», foi referido que o seu «tesouro» era constituído por mais de 1 000 livros de escritores consagrados e de muitos da sua autoria. Ora, esse «tesouro» vai precisamente a 12 000 obras, algumas de dois a cinco volumes, segundo nos esclarece o amigo das coisas de cultura e arte, sr. José Cabrita. Recentemente esteve ele em presença dessas obras, falando com D. Maria Isabel Dantas que declarou haver rejeitado propostas para venda de alguns objectos que deseja sejam entregues a Lagos em sua vida. E assim mais uma vez voltamos à presença de quantos se interessam pela valorização cultural do Algarve, para que, de olhos postos na atitude generosa e louvável daquela senhora, não hesitem em colaborar no sentido de recebermos o mais breve possível o que por sua vontade e de seu falecido marido, constitui património de Lagos, e cuja conservação e retenção, onera as suas receitas, roubando-lhe espaço de que poderá carecer para receber pessoas de família.

Joaquim de Sousa Piscarreta

## Trespasa-se

Drogaria Rodrigues, em Vila Real de Santo António. Motivo: o seu proprietário não poder estar à frente do negócio. Respostas para Rua José Barão, 15-17 — telef. 388 na mesma vila.

## Federação de Municípios do Distrito de Faro

### AVISO

POUPANÇA DE ENERGIA

De acordo com a resolução do Conselho de Ministros publicada no Diário do Governo, I Série — n.º 17 de 21 de Janeiro de 1975, sobre o assunto em epígrafe, informo que o período da iluminação de montras, fachadas e anúncios, se encontra limitado, devendo terminar às 21 horas de cada dia.

Faro, 12 de Fevereiro de 1975

O Presidente do Conselho de Administração,

a) *Joaquim Lopes Belchior*

MARKIMAGE



BNU-2

UM POUCO DO QUE FOI  
ANTÓNIO BANDEIRA

CABRITA

Sr. director,

O artigo da autoria do meu sempre amigo António Vicente Campinas, no último número do vosso jornal, sobre a figura do grande lutador anti-fascista que foi António Bandeira Cabrita, despertou-me o desejo de aqui vir fazer algumas referências evocatórias, digamos, a respeito da figura inconfundível, admirável, a todos os títulos, deste último amigo, de quem não fui íntimo e que era mais velho que eu (5 ou 6 anos) mas que, posso dizer, conheci muito bem.

A pouca privança não me impossibilita de vir referir-me à sua pessoa e a alguns factos que, ao longo destes últimos 40 e tal anos, estiveram presentes no meu espírito e que por mim foram referidos em inúmeras conversas com outros amigos, de outros pontos do País, para que se ficasse a saber que, em Vila Real de Santo António, tinha existido uma das mais fortes personalidades inconfundíveis contra o sistema de força existente em Portugal desde 1926.

O António Cabrita, foi bom estudante, diziam-no os seus condiscipulos que, por brincadeira, já se deixava ver, lhe chamavam «O Lavosier»! Vestia com bastante extravagância, cabeleira revolta e farta e usava óculos. Poderá dizer-se que tinha a cabeça ou o aspecto, de um homem em quem ardia um intenso fogo, uma grande fé em dias melhores, depois de muito haver que lutar-se!

Usava, geralmente, chapéu de aba larga e, num Inverno em que creio ter interrompido os seus estudos e ficou em Vila Real de Santo António, resguardava-se do frio com um varino ou gabão de Aveiro, senão mesmo, com uma capa que o vento, por vezes revoltava.

Nesse tempo, por volta de 1930, começou ele a aparecer na farmácia que meu pai tinha — na velha Rua Heliodoro Salgado — e estabeleciam-se conversas muito animadas, nas quais igualmente tomava parte António Gomes Nené Júnior, pessoa de vasta cultura, grande vivacidade, poder de argumentação e discussão, inteligentíssimo.

Jogava-se o xadrez (António Nené jogava muito bem) e... aboravam os presentes os mais diversos assuntos! Que saudades tenho de tal época! Quanto eu aprendia a ouvir aqueles homens, entre os quais o dr. João Medeiros que, relevando-se-lhe as suas «revolucionárias políticas», conversava e contava coisas que me encantavam!

António Bandeira Cabrita só tinha em Vila Real de Santo António, nessa altura, um dos seus contemporâneos: Emílio Piloto e, se algum esqueço, que tal me seja perdoado.

Os demais (José e António Morgado Rosa, Tomás T. Rocha, Camarada Martin e outros), andavam pelos estudos.

Nesse Inverno, António Bandeira Cabrita deu um grande «empurrão» sindical, tentando consciencializar algumas dezenas de operários e recorde, perfeitamente, algumas sessões levadas a efeito na antiga Associação dos Soldadores, que se situava na Rua Jacinto José de Andrade, junto ao actual restaurante Janelas Verdes. Eu, como o saudoso João Almeida Cavaco, com o Manuel Solá da Cruz, com José Telo, talvez com Jorge Bonança e outros, estávamos sempre presentes, como público, digamos assim. Lembro-me bem do calor, do entusiasmo, do idealismo, da fé político-social que António Cabrita punha em tudo quanto dizia, da forma como sabia, inteligentemente e com vigor, explicar-se, entusiasmar os seus ouvintes.

Depois... vieram as prisões, veio a deportação para muito longe!

Em 1937, estava eu em Leizões, em plena guerra civil de Espanha, recebo notícias paternas, informando-me da morte de António Bandeira Cabrita em plena luta armada, pelas suas convicções, pelos seus ideais. Foi — e será sempre, claro — um nobre exemplo de homem livre e que queria o bem de todos os homens do mundo!

Não sei, ao certo, se Bandeira Cabrita nasceu na casa onde viveu mas, solidário com António Vicente Campinas, permito-me sugerir a seguinte homenagem ao grande lutador anti-fascista:

Que a actual Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António mande colocar, sem demorados estudos e formalidades complicadas, uma placa evocativa, na fachada do prédio, para que os vindouros saibam que, naquele «torreão» da bela Praça Marquês de Pombal, viveu — ou nasceu — aquele que em vida se chamou António Bandeira Cabrita, herói, mártir, grande idealista, homem bom.

Sim: estas qualidades, existiram sempre em pessoas de todos os credos, de todos os matizes, evidentemente. Nunca foram, exclusivo deste ou daquele, desta ou daquela... classe!

Faro, 18 de Fevereiro de 1975

Dante Barbosa Guerreiro

## CARTAS à Redacção

## Repondo a verdade

A razão dos comentários que vão ler-se, deve-se ao artigo da autoria do sr. Francisco Clara Neves, intitulado «Aspectos de S. Brás de Alportel — 74», publicado no n.º 926, de 21-12-74.

Como são-brasense que também sou, entendi ser meu dever não manter o silêncio, em face de tamanha agressão à verdade, inserta no mesmo artigo. Ei-la: Pergunta o articulista, parece que revoltado, segundo diz, com tanta inoperância, por ele verificada, «o que se fez de interesse público desde a promoção de S. Brás a concelho» e ele próprio responde: Um mercado! E mesmo assim, segundo afirma, «só aconteceu porque o fruto maduro já ia apodrecendo», etc., etc.

Ora, se nos lembrarmos que a promoção a concelho data de 1-6-1914, pasma a ridícula e mal intencionada afirmação de que em tão longo período se tenha apenas construído um mercado! Que fins pretende aquele senhor atingir com afirmações daquela natureza? Embara seja da minha idade, e até condiscipulo, certamente terá comido muito queijo, devendo também sofrer de miopia ou semelhante, dada a enorme desmemória e cegueira demonstradas. Isto, para não entrar em demagogias e chamar-lhe outros nomes... Venho, então, dar-lhe uma pequena aache-ga, lembrando-lhe alguns dos melhoramentos públicos realizados até ao presente.

Repondo a verdade no seu lugar, pelo respeito que aquela nos merece e não só, mas ainda para prestar a devida justiça a aqueles são-brasenses, de todas as matizes políticas, que ao longo deste longo período contribuíram com a sua boa vontade e o seu esforço para o engrandecimento da sua e nossa terra, na medida das suas capacidades e possibilidades postas à sua disposição, servindo não só nas autarquias locais, mas ainda em comissões angariadoras de fundos a todos os níveis, em prol dos variadíssimos melhoramentos e outros fins, realizados em todo o concelho. Assim, recorde àquele articulista alguns dos vários melhoramentos realizados desde 1914 até ao presente.

Estradas e Caminhos Municipais: Construção da E. M. 514, da vila até ao limite do concelho de Olhão, passando por Barrabês, Barracha, Alfaroibeira da Tumba e Pereiro. Esta estrada foi, há cerca de uma década, beneficiada com obras de arte e respectivo alcatroamento; construção em macadame da E. M. conhecida por Campina dos Galegos, que sai do cruzamento do Farrobo, e vai até perto do sítio do Malhão; alargamento, pavimentação, obras de arte e alcatroamento do troço que sai do cruzamento do Farrobo, até ao estabelecimento do sr. Mantia, nos Almargens, servindo todo aquele populoso sítio, uma das zonas mais industriais do concelho (este empreendimento teve larga contribuição dos particulares ali residentes); construção e alcatroamento da estrada que sai da Avenida até junto do estabelecimento do sr. Joaquim Manuel, na Tareja, além de um troço derivante que leva frontalmente ao Sanatório; construção do C. M. Alportel-Parizes, com cerca de 23 quilómetros de extensão, todo em zona serrana, servindo os sítios de Alportel de Baixo, Ribeira, Cova da Muda, Pero Sancho, Amendoeira, Javali e outros. Esta via, pela sua extensão e pelo acidentado do terreno que teve de atravessar, obrigou a um dispêndio de 2 200 contos; todavia, o benefício obtido com a sua construção é considerado largamente compensado, apesar do seu elevado custo, dado que se trata de uma importantíssima via de penetração na serra, a zona mais rica do concelho, em cortiças e outros, indispensável, portanto, para o escoamento dos seus produtos e comodidade dos seus numerosos habitantes; construção do C. M. 1208, que sai do Barranquinho, até à zona comercial da Mesquita Baixa (já parcialmente alcatroado), e outro na 1.ª fase, que segue em direcção ao sítio do Desbarate, com a finalidade de a ligar à E. N. 270, Loulé-Tavira, no sítio do Bengado (limite do concelho).

Ainda na mesma rubrica, posso indicar o arranjo, regularização e alcatroamento da E. N. 523, de Vale de Carvalho até à Campina dos Galegos, passando por Corotelo, Igreja de S. Romão e servindo uma das regiões mais povoadas e turisticamente mais apreciadas do concelho, e o arranjo e alcatroamento da E. M. da Campina, desde o Ribeirão até às alturas da Fonte da Pedra.

Obras na sede do concelho: Construção do matadouro público, lavadouro coberto, marco fontanário, retreços públicas, jardim e central eléctrica; construção do mercado municipal e suas ruas de acesso; construção das ruas conhecidas por A e B. Expropriação, para demolição, dos edifícios que existiam no Largo de S. Sebastião e para alargamento deste, seu arranjo urbanístico e alcatroamento. Construção da Avenida Salazar (hoje da Liberdade), transformando a empoeirada «Vila do Pão de Ló», como humoristicamente alcunhou a vereda então ali existente o saudoso poeta são-brasense Boaventura

Passos, naquilo que é hoje. De notar que, para custear estas duas últimas importantes obras, teve grande peso a contribuição voluntária de inúmeros são-brasenses espalhados pelo País e no estrangeiro. Regularização, pavimentação e alcatroamento das Ruas Gago Coutinho, Luís de Camões, Ferreira de Almeida e dos Bombeiros Voluntários.

Saneamento: Construção da 1.ª fase dos esgotos na vila (custo, 3 000 contos) e da respectiva estação depuradora, a primeira no género a ser construída na Província (custo 700 contos).

Abastecimento de água à vila: Expropriação da «Horta Barrachinha», captação de água, construção de depósito elevatório com 33 m. de altura, instalações de bombagem, rede de distribuição domiciliar a toda a vila e até a alguns dos seus arredores. Posso acrescentar que já no início de 1974, novas pesquisas hidrologicas na periferia da vila, coroadas de grande êxito, tiveram lugar. O caudal descoberto equivale a 24 litros por segundo, contra sete decilitros que era o caudal antigo, recentemente extinto.

No campo: Arranjo da quase totalidade das fontes públicas do concelho, apetrechando-as com bombas elevatórias, transformando algumas em fontanários e efectuando a sua cobertura.

Electrificação: Construção da rede abastecedora, não só na vila como nos sítios da Calçada, Gra-lheira, Fonte Moura, Fonte Touro, Vilarinhos, S. Romão, Corotelo, Campina, Fonte da Pedra, Almargens, Tareja, Farrobo (parcialmente) Alportel, Poços Ferreiros, Medalhas e Mesquita, encontrando-se em estudo as linhas para o abastecimento dos sítios da Mesquita Baixa, Ribeiro, Desbarate e Peral, encontrando-se em vias de execução a electrificação do Farrobo e Portela e sujeitos a participação na D. G. A. os estudos da remodelação das redes dos Vilarinhos e Machados.

Trânsito: Ordenamento do mesmo, dentro da vila, com colocação das respectivas chapas e bem assim em alguns locais das E. M. mais necessitadas.

Enriquecimento do património concelho: Compra pela Câmara, no início de 1974, de uma propriedade rústica com cerca de 4 hectares, destinada a lizeira municipal, optimamente localizada para o efeito, dado que aquela autarquia se vinha servindo para os seus despejos de uma propriedade particular, localizada junto à E. M. 514, e perto de várias residências, colocando em sério risco a saúde dos seus localatários. Foi também adquirida uma camioneta, própria para efectuar o transporte dos lixos da vila.

Junta de Freguesia: Compra de um edifício destinado a sede da mesma, compra de parcelas de terreno para o próximo futuro alargamento do cemitério municipal, a seu cargo, que é, graças ao zelo das sucessivas Juntas de Freguesia, dos mais lindos e cuidados da nossa Província.

Escolas primárias: Construção em Vilarinhos, Corotelo, Alportel, Parizes, Peral e, já em 1974, nas Medalhas.

Conclusão: S. Brás de Alportel, embora continue necessitando de bastantes melhoramentos, não tem que se envergonhar em relação aos concelhos algarvios, situados ao mesmo nível, pois carências são de todos e disso terá consciência quem se queira interessar, construtivamente, pelo assunto.

As obras de que mais necessitamos, no momento, são a construção da escola primária, a construção da 2.ª fase dos esgotos e a construção do Parque Municipal, em frente do hospital Lourenço Viegas, cujo terreno, como se sabe, foi ofertado por aquele saudoso benemérito e por sua esposa. Em relação a estes melhoramentos, posso informar que a escola, neste momento, já deve ter sido adjudicada em Évora, o projecto da 2.ª fase dos esgotos já foi entregue, há tempos, na Direcção dos Serviços de Saneamento, em Lisboa, onde aguarda comparticipação; e o projecto da construção do Parque já foi entregue, em Março de 1974, na Direcção dos Serviços de Planeamento, aguardando comparticipação do Estado.

Não é demais relembrar que as despesas do Município se têm agravaado continuamente sem a devida contrapartida em receitas e, sem dinheiro ou com pouco, não se faz o que se quer mas sim o que se pode.

Para finalizar, um parecer inofensivo que é uma exortação, ao sr. Clara Neves: no dealbar de uma nova era, em que a Informação, por ser livre, mais responsabilidades tem, cabe-lhe um papel importantíssimo na promoção da unidade e concórdia entre todos os são-brasenses, o que não conseguirá pelo caminho usado, que parece mais aberto à relevância pessoal. Além disso, a linguagem simples, usada pela grande maioria dos leitores são-brasenses, não se compadece com o uso sistemático de esquisitos adjetivos, que nos leva a ter de usar o dicionário, muito possivelmente como também o faz

quem escreve o artigo...

Creia que foram injustas, como demonstrei, as suas palavras, e deixe em paz todos os são-brasenses que, de algum modo, com vaidade ou sem ela, letrados ou «alvares analfabetos» (palavras suas), alguma coisa têm feito pela sua terra, desde sempre; preocupe-se, sim, e de que maneira, pela necessidade que isso representa na hora actual, com aqueles que nunca alguma coisa fizeram e poderiam ter feito em benefício da mesma, entre as quais o senhor, muito justamente, se deve incluir.

S. Brás de Alportel, 4 de Fevereiro de 1975

António Dias de Sousa Correia

**P E D E M ACTUALIZAÇÃO DE PENSÕES OS APOSENTADOS DA P. S. P., G. N. R. E G. F.**

Sr. director

Há no Algarve muitos aposentados da G. F., P. S. P. e G. N. R., vivendo em situação precária, pelo que passo a transcrever, para seu conhecimento, uns respigos sobre uma reunião efectuada há pouco no Norte do País, respigos que a todos interessam e colgi do «Jornal de Notícias», do Porto:

«Há camaradas que não estão presentes porque julgaram que isto era um comício político durante o qual viria cá alguém para nos prender. Consequências do medo que herdámos do anterior regime. Mas nós estamos aqui apenas para exigir o que nos é devido» — salientou, a certa altura da sua intervenção, o comissário aposentado da P. S. P. Joaquim da Cunha Rocha, dirigindo-se a algumas dezenas de reformados das três forças militarizadas, P. S. P., G. N. R. e G. F., convocados para uma assembleia, no Círculo Católico dos Operários do Porto.

As palavras de ordem defendidas no decurso da reunião foram, «mesmo tempo de serviço, mesma categoria, igual pensão de reforma». A comissão «ad hoc», promotora da assembleia, havia sido eleita no passado dia 8 de Janeiro, tendo posteriormente contactado com reformados daquelas forças residentes no Porto e concelhos limítrofes. Segundo a mesma comissão, tratar-se-á de constituir uma plataforma inicial para apresentação de objectivos comuns sintetizados nas palavras de ordem já referidas, propondo-se de seguida um contacto a nível nacional que inclua a convocação de um plenário.

Informados os presentes sobre a finalidade da reunião, interveio o comissário aposentado Joaquim Rocha que analisou o movimento reivindicativo após o 25 de Abril e as condições salariais das classes trabalhadoras, colocando-as em paralelo com a manutenção das pensões de reforma que considerou «ridículas». Pormenorizando, trouxe um panorama dos quantitativos recebidos por aposentados recentes e antigos, entre os quais se verificam diferenças da ordem dos quatro mil escudos na mesma categoria, considerando ainda a existência actual de subsídios de vária ordem.

«Um guardá aposentado na actualidade ganha mais três mil escudos que um comissário aposentado tempos atrás» — anotou o orador, para se interrogar depois sobre as razões do tal critério. «Que culpa teremos de ter nascido mais cedo? Não sofremos, disciplinarmente, muito mais? Que culpa tivemos em servir outro regime, se fomos obrigados a cumprir ordens superiores? Que fazer com esta minguca de pensão com a qual somos obrigados a trabalhar?»

Recordando que muitas das pensões auferidas pelos presentes pouco ultrapassam os dois mil escudos, o referido elemento da comissão propôs à assembleia que se fosse necessário iriam para a rua com as outras classes. «Não teremos idade para isso? Somos velhos e débeis, mas isso não importa». Referiu, entretanto, estar confiante em que entidades responsáveis atenderão às suas aspirações, ainda que seja necessário uma deslocação a Lisboa.

Atendendo a esta hipótese e para fazer face a eventuais despesas da comissão responsável, foi proposta uma colecta entre os presentes, sugestão que mereceu ampla concordância.

Outras intervenções, nomeadamente de elementos reformados da G. N. R. e G. F., renovaram a sua crítica ao sistema pensionário, evocando as discrepâncias existentes, sendo ponto comum a referência a que, quanto mais antiga a pensão, pior, pois permanecem os mais velhos e débeis em crescentes circunstâncias. No final, a assembleia ratificaria a composição da comissão promotora, dando-lhe o seu aval para a continuação do processo agora em marcha.

J. D. P.

**Estrume de gados PALHAS, CEREAIS E SÊMEAS**  
Vende-se posto no Algarve. Dirigir a Jacinto Maruta Martins — telefone 22281 — Castro Verde.

## CENTRO TÉCNICO DE CONTABILIDADE

Direcção de FELISBERTO CORREIA



Contabilidades

ESTUDO, MONTAGEM E EXECUÇÃO DE CONTABILIDADES

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Largo D. João II, 36-1.º

Telefone 23643

PORTIMÃO

ALGAROTEL  
Consórcio Hoteleiro do Algarve, S. A. R. L.  
17.º Cartório Notarial de Lisboa

Rua Alexandre Herculano, 29-1.º Esq.º

Notário, Lic. António Manuel Gonçalves Saldanha

Certifico que por escritura deste Cartório de 24 de Janeiro último, lavrada de fls. 47 v. a fls. 49 v. do livro n.º 151-F foram alterados os ESTATUTOS da sociedade em epígrafe no tocante ao art.º 8.º que tinha um parágrafo único e passa a ter 4 §§, ao art.º 11.º que não tinha qualquer § e passa a ter um § único, ao art.º 15.º, somente com relação ao seu § 1.º e ao art.º 17.º, que tinha um § único que deixa de existir, disposições dos Estatutos que, nos precisos termos da deliberação da assembleia geral, passam a ter a seguinte redacção:

Art.º 8.º — O capital social poderá ser aumentado uma ou mais vezes por deliberação da assembleia geral, tomada por votos representativos de, pelo menos, 60% de todo o capital social.

§ 1.º — O conselho de administração fica desde já autorizado a proceder à elevação do capital social, por uma ou mais vezes, até ao montante de 100 000 000\$00 pela emissão de 90 000 acções de 1 000\$00 cada, com a classificação tipo B.

§ 2.º — As 10 000 acções do capital inicial já realizado, ficam a possuir a classificação do tipo A.

§ 3.º — As acções do tipo B terão o privilégio de um voto por acção e as acções do tipo A o privilégio de 10 votos por acção.

§ 4.º — Na subscrição dos aumentos de capital social terão preferência os accionistas, na proporção do capital das acções de que forem titu-

lares, procedendo-se a rateio se for caso disso.

Art.º 11.º — A administração da sociedade compete a um órgão colegial denominado conselho de administração, o qual será constituído por 3 a 5 membros eleitos bianualmente de entre os accionistas.

§ único — O mandato do actual conselho de administração terminará no fim do corrente ano.

Art.º 15.º — (Mantém-se). § 1.º — Para que a sociedade fique obrigada bastará a assinatura de dois membros do conselho de administração.

Art.º 17.º — Ao conselho de administração compete, além das atribuições legais, de gerência e de representação sociais:

a) adquirir bens de natureza móvel e imóvel.  
b) aliená-los, hipotecá-los, penhorá-los ou obrigá-los por qualquer outra forma.  
c) tomar bens alheios de arrendamento ou aluguer e locar os próprios.

Está conforme ao original e foi passado para efeitos de publicidade, sendo certo que o ano a que se refere o § único do art.º 11.º, é o ano de 1974 (o da deliberação).

Lisboa e 17.º Cartório Notarial, 1 de Fevereiro de 1975

O 1.º Ajudante do Cartório,

Martins da Conceição

## Vendem-se

Armazéns devolutos, junto à Doca, em Olhão.

Informa telefone 72549 — OLHÃO.

## SOCIRURAL-Sociedade Rural e Agrícola, S.A.R.L.

Sede: Rua Heróis da Restauração, 72 — Telef. 23478

PORTIMÃO

CONVOCATÓRIA  
Assembleia Geral Ordinária

Convoco os Senhores Accionistas da SOCIRURAL — Sociedade Rural e Agrícola, S. A. R. L., para, ao abrigo dos Artigos n.ºs 6.º e 8.º dos Estatutos da Sociedade, se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, na sua Sede Social, na Rua Heróis da Restauração, n.º 72, em Portimão, pelas 10,30 horas do dia 29 de Março de 1975, com a seguinte ordem de trabalhos:

— Discutir, aprovar ou modificar o relatório do Conselho de Administração, o Balanço e o parecer do Conselho Fiscal;  
— Eleger a mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal para o triénio de 1975/77.

Portimão, 13 de Fevereiro de 1975

O Presidente da Assembleia Geral,

Carlos Alberto de Barros Agostinho

# O Inquérito do JORNAL DO ALGARVE aos Municípios da Província

(Conclusão da 1.ª página)

da a participação das Câmaras se fez mais sentir. Isto dá uma visão panorâmica geral da situação.

«Voltando ao ponto de que partimos: a pendência dilatória de alguns problemas locais. Não deformaremos a verdade se afirmarmos que o famigerado caso da Carreira de Tiro se arrastava há 8 anos. Este terreno, que se situa na zona norte da cidade, consta de cerca de 5 hectares. Era pertença do Ministério do Exército. Há cerca de 8 anos, havia este Ministério acordado com a Câmara em transferir definitivamente para o Município o terreno em causa. A transferência seria onerosa, custando à Câmara 3 411 660\$00. Entretanto cruzavam-se os interesses do Estado e da Câmara, para fazer face aos encargos que ia assumir, contraíra uma dívida de 3 599 260\$00 na Caixa Geral de Depósitos. A Câmara vinha pagando anualmente, desde 1968, amortizações e juros, de uma dívida de capital imobilizado, de que não podia dispor, mas a cessão não se formalizava. Veio o 25 de Abril e o Governo mostrou-se logo mais receptivo às diligências insistentes da Câmara. A coroa dessas diligências insistentes, o terreno fora finalmente cedido ao Ministério das Finanças e, por sua vez, após portaria do secretário de Estado do Tesouro de 25 de Setembro de 1974 publicada no «Diário do Governo» de 12 de Outubro seguinte, II Série, o Ministério das Finanças cedera definitivamente o terreno da Carreira de Tiro à Câmara Municipal, por instrumento público de 24 do mesmo mês. Esta cessão permitirá a urbanização de uma razoável zona e a abertura das ruas B e C, de acesso ao Hospital Regional de Faro. Já foi deliberado adjudicar as obras de terraplanagem destas vias, que vão começar.

«Outro problema local cuja solução se vem dilatando no tempo, é o da Avenida de Olivença, de que se fala há mais de 20 anos. A Comissão Administrativa da Câmara, retomando o fio da arrastada tramitação, deliberou encetar as diligências transaccionais para aquisição do território necessário e suficiente para a abertura da Avenida e, relativamente aos terrenos que não seja possível adquirir por esta via contratual, para a declaração de utilidade pública urgente indispensável ao início processual das expropriações. Espera-se que esta declaração de utilidade pública urgente seja feita, para que o processo se inicie e termine. Entretanto e sem oposição, as terraplanagens foram efectuadas para o efeito do lançamento de condutas de água de abastecimento do depósito do Alto de Rodes, e de esgotos, através do leito que será da Avenida.

«Outro «caso» que se arrasta de há muitos anos, é o da abertura da artéria de penetração para Sotavento. Esta artéria iniciar-se-á na rotunda da Avenida de Olivença e estender-se-á para nascente, até à ribeira das Lavadeiras, onde se projecta construir a estação de tratamento de esgotos. Através da chamada «artéria de penetração», serão lançadas condutas de esgotos, o que permitirá a drenagem do Hospital Regional. Trata-se doutro «caso» que se dilata há muitos anos. Para a solução deste «caso» exigem-se algumas expropriações, para o processamento das quais a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Faro já encetou diligências necessárias à declaração de utilidade pública urgente, que será, juridicamente, a primeira fase, necessária, do processo de expropriação.

«Outro ponto em que se vem marcando passo é a definição e fixação das zonas desportiva e escolar. Encontramos uma tendência para localizar as duas zonas na Penha, em terrenos, respectivamente, a sul e a norte da artéria de penetração para Sotavento. Concordamos com essas localizações, não só pela sua proximidade recíproca mas também por as áreas serem assaz vastas, de difícil localização noutro sítio. Acresce que, quanto à zona escolar, o espaço permitirá a construção de amplas instalações, de adequado equipamento social e a edificação de uma Universidade, a que o Algarve tem indiscutível direito. Sem pretender esgotar a matéria, aqui ficam alguns números:

«No ano lectivo que decorre, frequentam o Curso Preparatório 1 428 estudantes e o Liceu Nacional local conta com 2 279 alunos, em que se incluem 611 do 1.º ano

do Curso Complementar e 337 do 2.º ano desse Curso. Quer dizer: no ensino liceal oficial, contam-se hoje em Faro 3 707 estudantes. Passando ao ensino técnico, o curso diurno abrange 956 alunos e o ensino nocturno interessa a 531 estudantes. A esta massa estudantil, há que aditar 250 alunos da Escola do Magistério Primário e 350 do Conservatório de Música de Faro. Números redondos: Faro tem uma frequência, no ensino secundário oficial, de 5 500 estudantes. Há ainda que considerar o ensino secundário particular e doméstico, não oficial, onde alinham umas boas centenas de estudantes, dispersos pelos colégios.

«Como se vê, a população estudantil de Faro-cidade, se não é impressionante em termos absolutos, é, em termos relativos, pelo menos apreciável. O bastante para justificar plenamente a criação de uma Universidade, e não apenas um Instituto Politécnico, cujo início de funcionamento não se sabe quando terá lugar. Acresce que a Universidade local viria a ser, na oportunidade, necessariamente alimentada pelos estudantes espalhados pelos liceus e estabelecimentos de ensino de diferentes localidades, Lagos, Portimão, Loulé, Silves, Olhão, Tavira, Vila Real de Santo António.

«Precisamente porque a pugna pela Universidade anda ligada à questão da fixação da zona escolar da cidade, e à da zona desportiva, já solicitámos o indispensável parecer técnico do Gabinete de Planeamento do Urbanismo e do Ambiente do Algarve. Confiámos em que a criação da Região Autónoma do Algarve, cujo regime jurídico projectado se encontra em discussão em assembleias inter-Câmaras que se vêm reunindo em Faro, no salão nobre dos Paços do Concelho, e a criação do respectivo Gabinete de Urbanismo e Obras, acelerem a definição e fixação das zonas escolar e desportiva. As diligências primordiais estão iniciadas pela Câmara. Pedimos e esperamos a sua continuação e a colaboração técnica por parte de outras entidades públicas, para que a marcha não emperre — por motivos alheios à nossa vontade e ao nosso esforço.

«Continuemos na enumeração, que será meramente exemplificativa, de «casos» de solução morosa. Acode-nos agora ao espírito do Jardim-Escola. Há cerca de 10 anos que se fazem diligências para a sua construção. Trata-se de matéria que tem interessado a Associação dos Jardins-Escolas João de Deus, a Comissão Concelhia Pró-Jardim-Escola e a Casa do Algarve em Lisboa.

«Quando tomámos posse do nosso cargo, logo nos foi chamada a atenção para este processo e em termos de nos fazer crer que só faltaria um despacho final, de reduzidíssima concisão. Examinámos o «dossier» e verificámos que a informação não era exacta, não porque quissemos induzir-nos em erro mas porque quem nos informava, de boa fé, estava positivamente em engano. A verdade era outra: gastaram-se 10 anos, aproximadamente, e o ante-projecto ainda nem tinha parecer da Secção Técnica. Imediatamente esse parecer foi emitido. Seguiu-se-lhe o parecer da Comissão Municipal de Higiene e seguidamente deliberação do corpo administrativo aprovando o ante-projecto. Simplesmente, havia um óbice: a obra iria ser implantada, segundo deliberação antiga, na zona de protecção do Ligeu e, dentro dela, numa área «non aedificandi».

«Tanto a zona de protecção como a área, mais reduzida e dentro daquela zona, defesa à construção, tinham sido fixadas e demarcadas por uma portaria de 6-10-55, publicada no «Diário do Governo» n.º 232, II Série. Daí, seria proibida por diploma legal a edificação do Jardim-Escola na zona onde se pretendia implantá-lo, a menos que a portaria em referência fosse alterada por diploma de igual força, a dimanar do Ministério do Equipa-

mento Social e do Ambiente e com publicação na folha oficial. Foi o que se fez. Tentámos a alteração da portaria e o Governo mostrou-se receptivo, alterando-a por outra portaria, de 24 de Setembro de 1974, passando a ser permitida na antiga zona «non aedificandi» a construção de obras de interesse público — caso do Jardim-Escola — a reconhecer caso por caso pelo Ministério. Resta agora à Associação dos Jardins-Escolas João de Deus ou à Comissão Pró-Jardim-Escola dispor-se à construção. O processo em que se gastou uma dezena de anos chegou ao termo. Só falta executar. Até lá, não vale a pena outorgar a doação graciosa do terreno. Não vá acontecer o que sucede com outras instituições...

— O que desejaria ver feito, em primeiro lugar, a bem do progresso do seu concelho? Como pensa que isso poderá conseguir-se?

— A pergunta desdobra-se em dois quesitos: a) o que desejáramos ver feito em primeiro lugar? b) como pensamos que isso poderá conseguir-se?

«Quanto ao primeiro quesito, pois parte da resposta vem inserta no que atrás explanámos. Desejariamos ver realizadas as seguintes obras, com igual prioridade: 1) urbanização da Carreira de Tiro; 2) abertura definitiva da Avenida de Olivença, como grande artéria periférica, de cintura da cidade; 3) abertura definitiva da artéria de penetração para Sotavento; 4) definição e fixação das zonas escolar e desportiva da cidade e edificação nelas de uma Universidade ou estabelecimento de ensino superior e de um complexo desportivo; 5) edificação do Jardim-Escola João de Deus de Faro.

«A estas realizações acrescentaríamos: 6) conclusão dos Bairros Económicos de Faro, preenchendo os espaços livres em três bairros da cidade, bem servidos por meios de comunicação e infra-estruturas. A Câmara dispõe de espaço nesses bairros para a construção de 270 habitações sociais. É nosso propósito edificar estas habitações sociais, com o auxílio do Fundo de Fomento da Habitação, segundo um esquema por nós já proposto.

«Como se vê, será um passo relevantíssimo no domínio da habitação social. Se se atender a que, quando da distribuição efectuada no Verão passado, de 30 habitações no bairro da Atalaia, a elas concorreram 300 famílias pobres, não tendo, por isso, sido possível contemplar 270, verificar-se-á que pelo menos essas famílias menos afortunadas serão desta feita atendidas, se o nosso plano encontrar eco.

«7) Edificação do infantário, creche e unidade para ocupação de tempos livres para 450 crianças. A Comissão Administrativa da Câmara já deliberou doar graciosamente ao Instituto da Família e Acção Social um terreno optimamente situado, junto à Alameda João de Deus, anexo a um outro já doado há mais de um ano e meio à instituição, para construção de instalações para aqueles fins. E para forçar o I. F. e A. A. à aceleração da realização da obra, fixou a Comissão Administrativa da Câmara um prazo para apresentação do projecto, que terá que ser observado em termos combinatórios. Só falta a construção... mas essa compete ao donatário, que deverá responder em termos colaborantes.

«8) Conclusão, em termos definitivos, dos arranjos da rede de drenagem de esgotos, pelo lançamento de condutas de água de abastecimento domiciliário e público e pela distribuição do sistema de linhas telefónicas. Sabemos que as obras tinham que ser feitas, com as inerentes implicações, mas discordamos do processo estudado e executado, por etapas sucessivas, que nos fora legado por herança, e a que faltara uma planificação

de conjunto que permitisse a realização simultânea das obras infra-estruturais. Resultado: a infracção à comodidade pública e ao aspecto estético citadino vêm-se dilatando no tempo, provocando revolta muitas vezes desordenada, mal dirigida e erradamente orientada. É bom que se saiba que essa revolta chegou a contagiar a Comissão Administrativa que, saturada pelo mau estado da pavimentação urbana, que se arrasta há vários anos, um tanto exorbitantemente, se se confrontarem cláusulas contratuais, mandou pavimentar 30 ruas, largos e travessas, embora provisoriamente, visto ainda faltarem o lançamento de condutas não colocadas.

«9) Obras de saneamento, limpeza, de abastecimento de água. A propósito de abastecimento de água, devemos informar que está para breve o lançamento das condutas ao longo da Avenida de Olivença, cujas terraplanagens estão em curso, o que permitirá a utilização efectiva do reservatório do Alto de Rodes, e o aproveitamento de novos furos, cujos caudais serão ligados à rede de abastecimento público. No Verão passado, quando os efeitos da seca estavam no auge em todo o País, o Município lançou na rede a água da Horta da Trindade, o que, aliado a certo melhoramento técnico no equipamento, permitiu que a estiagem em Faro, apesar de tudo quanto se disse e escreveu, por vezes com total desconhecimento dos termos do problema, se não fizesse sentir com a agudeza com que grassou noutras localidades. Apesar de tudo, ainda Faro se solidarizou com outras populações, para onde mandou água: Albufeira, Lagos, Almansil — e, ao que nos consta, os meios de comunicação social foram poupando outras localidades em que a questão se tornou mais crucial. Por exemplo, não temos conhecimento de que Vila Real de Santo António tivesse sido alvo de crítica na Imprensa, quando é certo que, até princípios de Setembro (dizemo-lo por conhecimento directo), a água escasseava, e faltava durante longas horas, diariamente, em Monte Gordo. Não nos esqueçamos de que então ainda a Vila Pombalina não tinha uma gestão democrática. Só Faro não era poupada, não obstante darmos água a concelhos distantes... Suprema justiça de supremos juizes!

«O segundo quesito, em que se desdobra a matéria contida no n.º 2, é o de saber como pensamos que será possível resolver os problemas equacionados e que desejamos sejam solucionados a bem do concelho. A resposta será pronta: dotando o Município de condições materiais que lhe permitam maior desafogo económico. Trata-se de questão comum à generalidade dos concelhos. Esse maior desafogo económico e financeiro terá a sua raiz mais profunda numa diferente distribuição das receitas tributárias. E-nos licito esperar sem desespero, mas é óbvio que a solução terá que ser encontrada ao nível nacional, mediante uma reestruturação do municipalismo, de molde a transformá-lo na base celular em que assentará a descentralização democrática. Mas essa descentralização só será actuante se a autonomia administrativa se construir a partir de uma autonomia económico-financeira. Um novo sistema económico será a infra-estrutura em que se edificará uma nova realidade administrativa e até política.

— O que pensa quanto à politização das populações desse concelho?

«Julgamos, pelo que nos é dado conhecer através da experiência e da observação — e essas são as principais fontes do conhecimento positivo — desenvolvidas nos meios urbanos e rurais, que o nosso concelho não é dos menos politizados. Temos um povo e, sobretudo, uma massa juvenil, que se interessa pelas questões sociais, que discute e participa em debates de interesse local e geral, dinamizando-os segundo um processo dialéctico e actuante. Isto é política, que cada vez mais vem contagiando e interessando camadas mais vastas da população. As correntes de opinião e do pensamento político e social têm razoável implantação. As diversas reuniões públicas, assembleias, sessões de esclarecimento e comícios no concelho realizados, têm mostrado a justeza de intervenções, interações, participações activas da gente do povo, que vem demonstrando capacidade de discussão viva.

«Claro que há os menos esclarecidos que, por isso, dirigem mal as suas contestações. Mas, mesmo quanto a esses, a circunstância de contestarem revela só por si uma receptividade aos problemas vivos e uma força de combate que, devidamente expurgada de erros, é embrião da defesa popular da Democracia. Há, contudo, que estamos atentos e alertados quanto a desvios e provocações da direita, muitas vezes encobertos por palavras da esquerda. As massas, na sua espontaneidade revolucionária, vêm criando consciência do seu próprio valor, na experiência do dia a dia, que é aí que se forja a verdadeira consciência.

JORNAL DO ALGARVE  
N.º 935 — 22-2-975

TRIBUNAL JUDICIAL DA  
COMARCA DE VILA REAL  
DE SANTO ANTÓNIO

## Anúncio

1.ª PUBLICAÇÃO

Faz-se saber que no dia 13 de Março, próximo, pelas 15 horas neste Tribunal Judicial, na Execução de Sentença 85-B/72 que António Romão, viúvo, residente em Monte Novo — Cacela move contra Manuel Joaquim e mulher Adelina Maria de Sousa, proprietários, residentes no mesmo lugar de Monte Novo — Cacela, desta comarca, não-de ser postos em praça, para serem arrematados ao maior lance oferecido acima do valor que adiante se indica, os seguintes prédios penhorados aos executados:

1.º

Uma courela de terra, no lugar da Silveira, freguesia do Azinhal, concelho de Castro Marim, que confronta do nascente com José Afonso, poente herdeiros de Manuel Machado, norte herdeiros de Manuel João Sequeira e sul herdeiros de José Vaz, que vai à praça pelo valor de 120\$00.

2.º

Uma courela de terra, no sítio da Amendoeira — Azinhal, concelho de Castro Marim, que confronta do nascente e sul Francisco Romão, norte Ana Pereira e poente Manuel Romão, que vai à praça por 760\$00.

3.º

Uma courela de terra no sítio da Amendoeira — Castro Marim, a confrontar por todos os lados com António Romão, que vai à praça por 550\$00.

4.º

Uma courela no sítio do Monte dos Campeiros, concelho de Castro Marim, que confronta do norte e poente António Neves, sul caminho e nascente Manuel Romão, que vai à praça por 970\$00.

5.º

Uma courela de terra no sítio do Barranco Grande, concelho de Castro Marim, que confronta do norte herdeiros de José d'Horta, sul e poente com os mesmos e nascente barranco, que vai à praça por 2 520\$00.

6.º

Uma courela de terra, no sítio da Carrapateira, freguesia de Conceição, concelho de Tavira, que confronta do norte Joaquim Rodrigues, sul José Fernandes, nascente Rita Maria e poente João Fernandes, que vai à praça por 340\$00.

7.º

Uma courela no sítio da Atabúia, freguesia de Cacela, desta comarca, que confronta do norte José Rodrigues, sul José Fernandes, nascente Rita Maria e poente João Fernandes, que vai à praça por

## Factos e imagens

(Conclusão da 1.ª página)

riência de Maria Helena de Matos deram tão exacto relevo, encontram-se adequados ambiente cénico, e acompanhantes à altura, nos outros membros do elenco, desde a «criada» Carmo Mateus, a Benjamim Falcão, João Vasco, Carlos Rosa, Carlos Miguel, Osvaldo Medeiros, Carlos Santos, Manuel Cavaco, e Carlos Cabral, que deram vida ao ultra-romântico marido de «Sabina» e à característica «corte», melhor diríamos «coorte» aldeã, fácil criadora de mezericos e desfazedora de reputações. Isto, claro está, deixando passar em branco um ou outro «pução», mais acentuado, para o caminho da pura farsa, pução que, todavia, não conseguiu empanar a harmonia oferecida pelo conjunto da peça.

Adaptada e realizada por Herlander Peyroteo e com cenografia de Eduardo Lemos, pareceu-nos espectáculo para rever esta versão televisiva da conhecida obra do nosso mestre estilista.

C. da R.

1 860\$00.

8.º

O direito a 1/2, de uma courela de terra de várzea, no sítio da Garcia, freguesia do Azinhal, concelho de Castro Marim, que confronta do norte e sul António Gomes, nascente ribeira e poente José Martinho, que vai à praça por 550\$00.

9.º

O direito a 1/2 de uma courela de terra de várzea, no dito sítio da Garcia, a confrontar do norte António Gomes, sul Joaquim da Palma e outros, nascente Francisco Romão e poente José Martinho, que vai à praça por 380\$00.

10.º

O direito a 1/2 numa courela de terra no lugar da Corte da Quaresma, freguesia do Azinhal, concelho de Castro Marim, que confronta do norte herdeiros de Manuel Clemente, sul herdeiros de Manuel Francisco, nascente herdeiros de Domingos Madeira e poente herdeiros de José Pereira, que vai à praça por 246\$00.

11.º

O direito ao usufruto que os executados têm numa courela de terra matosa no sítio da Corte António Martins — Cacela, desta comarca, a confrontar do nascente herdeiros de José Horta, sul barranco, nascente António Romão e outros e poente Joaquim Dias, cujo usufruto vai à praça por 444\$00.

12.º

O direito ao usufruto numa courela de terra, no dito sítio da Corte António Martins, a que os executados têm direito, que confronta do norte Serafim Afonso, sul herdeiros de João Romão, nascente António Neves e poente Joaquim Dias, cujo usufruto vai à praça por 114\$00.

Vila Real de Santo António, 12 de Fevereiro de 1975

VERIFIQUEI:

O Juiz de Direito,

(a) Luís Flores Ribeiro

O Escrivão de Direito,

(a) Américo Guerreiro Correia

## ARMAZÉM ALUGA-SE

No centro de Portimão, área de 1 400 m<sup>2</sup>. Trata o próprio, telefone 22495 — Portimão.

## Habitações Sociais

A Fábrica METAIS PRUMO, de BRAGA, está em boas condições de fornecer todos os metais a preços acessíveis para habitações sociais.

Material de 1.ª qualidade com Garantia.

## Técnico de contas

diplomado pelo I. C. L. e inscrito na D. G. C. I., com prática de contabilidade de custos, oferece os seus serviços a Empresa do Grupo A, de preferência na zona compreendida entre Faro e Portimão.

Resposta a este jornal ao n.º 119/75.

# Actualidades desportivas

## FUTEBOL

### Campeonatos Nacionais

#### I DIVISÃO

comentários de João Leal

Resultado a condizer com o domínio repartido ao longo dos 90 minutos. No primeiro tempo, a tónica dominante teve a marca dos algarvios, que pecaram na finalização. Um recelo enorme de penetração na zona da verdade, com toques sucessivos entre os vários diantelros, foi uma constante. Bom entendimento entre os vários sectores, determinando o surgimento do golo algarvio, que Ademir apontou.

No segundo tempo, foi a vez do Vitória de Setúbal surgir, a modificar o curso dos acontecimentos. Vieram com cunho ofensivo, anteciparam-se no meio-campo e com Octávio em pleno labor, criaram ascendência. Por seu turno, a turma algarvia afundou-se, quer por quebra física, quer porque o seu meio-campo desapareceu. O pequeno-grande Octávio obteve o tento da igualdade, dando ao Vitória (uma sombra do Vitória europeu) o empate e com ele um resultado certo com a imagem da partida.

Em Marvila, o Farense conquistou um ponto. Fê-lo com inteiro merecimento e na sequência do excelente campeonato que a turma tem vindo a realizar.

No 1.º tempo, tiveram os algarvios que suportar a toada veloz e ofensiva dos orientistas, para quem, dada a posição classificativa, cada jogo é uma final. Benje,

com um punhado de arrojadas defesas e Sério, pela determinação com que se houve, estiveram então em grande plano. Foi na transformação de um livre directo que Quim obteve o golo dos visitados. No segundo tempo, veio ao de cima a maior capacidade física e técnica dos algarvios, que então tiveram a hegemonia. Na transformação de uma grande penalidade, Manuel José marcou o tento da igualdade, resultado que também se aceita pela repartição equitativa do domínio exercido.

#### II DIVISÃO

Resultado verdadeiramente surpreendente o que o Estrela de Portalegre veio alcançar a Portimão. Autêntica surpresa da jornada, traduziu «façanha» dos portalegrenses, considerando-se a regularíssima carreira dos algarvios e a quase total posição incólume no seu reduto.

Um excesso de favoritismo terá traído os donos da casa, que viram deste modo a sua diferença em relação ao duo da frente (Barreirense e Estoril) mais ampliada.

#### III DIVISÃO

Eis o Esperança a aparecer isolado no comando da Zona D. O nulo consentido pelo Seixal no seu reduto e a vitória que os lacobrigenses foram alcançar a São Brás de Alportel, permitiram esta alteração nos primeiros postos e com ela a plena possibilidade de o onze de Lagos concretizar antigas aspirações. Aliás, o Esperança foi a única equipa algarvia que venceu na última jornada. Surpreendente o nulo, sem golos, consentido pelo Lusitano ao defrontar o Odemirense. Silves e Torralta são os últimos, situação determinada pelas derrotas sofridas pelas duas formações.

#### TÊNIS DE MESA

##### TORNEIO DE INFANTIS E JUNIORES NO NAUTICO DO GUADIANA

Realizou-se no Clube Náutico do Guadiana um torneio de ténis de mesa nas categorias de infantis e juniores federados, sendo a classificação a seguinte: infantis: 1.º, Custódio Sousa; 2.º, João Fernandes; 3.º, António Madeira; 4.º, José Fernandes. Juniores: 1.º, Francisco António; 2.º, Henrique Salvador; 3.º, Pola Alturas.

#### Jornalistas americanos no Algarve

Em viagem organizada pelo Centro de Turismo de Portugal em Nova Iorque, com a colaboração dos TAP, deslocou-se ao Algarve um grupo de doze jornalistas norte-americanos. Num momento em que se desenvolve grande esforço de promoção turística naquela região, compreende-se o interesse da visita. Os jornalistas eram acompanhados por Evelyn Hayward, grande amiga do Algarve e percorreram vasta zona da Província. Um dos componentes do grupo, a jornalista Diana Loerder, do «The Christian Science Monitor», impressionada com a beleza de Sagres, retornará em breve, para ali preparar um livro.

#### Prático de Contabilidade

Para iniciar escrita Supermercados, part-time, precisa-se pessoa com experiência, mesmo reformada. Favor contactar Supermercados Sabinos — Armação de Pêra — Telef. 55222 ou 55121.

## ATLETISMO

### BOAS PERSPECTIVAS PARA O ATLETISMO ALGARVIO

É deveras promissor o panorama actual do atletismo algarvio. Depois de, há três semanas, se ter realizado um torneio popular em que deram os primeiros passos na modalidade cerca de 300 jovens, disputou-se no domingo, em Faro, os corta-matos regionais de infantis e iniciados e provas extra para as restantes categorias, que reuniram um total de cerca de 150 concorrentes.

Ficou portanto demonstrado que o atletismo tem a simpatia da juventude algarvia, e que o necessário é haver quem a motive para a sua prática, motivação que deve ser feita pelos professores de educação física, que até ao momento têm estado muito arredios dessa função.

O futuro do atletismo e de todo o desporto em geral, sem dúvida que está nas escolas, pois é lá que se encontra a grande população juvenil. Portanto, é necessário sensibilizar as escolas, através dos seus professores. E foi isso que se começou a fazer em algumas. Mas para seguir esta política, são necessárias verbas que nem sempre existem.

Vejamos agora as classificações das provas de domingo, em que estiveram presentes representações dos Ciclos Preparatórios de Silves, Olhão e Faro, do Liceu de Faro, do Louletano D. Clube, do Faro e Benfica e do Imortal de Albufeira.

Infantis masculinos (1500 metros) — 65 concorrentes: 1.º, Joaquim Gouveia, Ciclo Preparatório de Olhão, 4 m, 59 s; 2.º, Hélder Guerreiro, Louletano, 5 m, 01 s; 3.º, António Pontes, Ciclo Preparatório de Silves, 5 m, 05 s; 4.º, Jorge Guerreiro, Ciclo Preparatório de Faro, 5 m, 09 s; 5.º, Xavier Inácio, Ciclo Preparatório de Olhão, 5 m, 11 s. Equipas: 1.º, Louletano Desportos Clube, 40 pontos; 2.º, Escola Preparatória João de Deus, de Silves, 42; 3.º, Escola Preparatória Paula Nogueira, de Olhão, 63; 4.º, Escola Preparatória D. Afonso III, de Faro, 152.

Infantis femininos (1000 metros), 4 concorrentes: 1.º, Idália Pacheco, 4 m, 11 s; 2.º, Maria Eulália, 4 m, 27 s; 3.º, Olga Neves, 4 m, 35 s; 4.º, Noémia Ramos, 4 m, 45 s. todas do Ciclo Preparatório de Olhão.

Iniciados masculinos (2500 metros), 45 concorrentes: 1.º, Humberto Miguel, Liceu de Faro, 7 m, 53 s; 2.º, David Guerreiro, Louletano, 7 m, 55 s; 3.º, Esequiel Canário, Liceu de Faro, 7 m, 56 s; 4.º, Humberto Sequeira, Ciclo Preparatório de Silves, 8 m, 07 s; 5.º, Carlos Brito, Liceu de Faro, 8 m, 17 s. Equipas: 1.º, Liceu Nacional de Faro, 24 pontos; 2.º, Escola Preparatória João de Deus, de Silves, 46; 3.º, Louletano D. Clube, 153; 4.º, Escola Preparatória Paula Nogueira, de Olhão, 153.

Iniciados femininos (1500 metros), 5 concorrentes: 1.º, Dolores

### Rusga frutuosa em Olhão

O Movimento das Forças Armadas promoveu em Olhão a «Operação Mourisca», com vista a limpar o ambiente de vadiagem, refractários e gente duvidosa. Colaboraram na «operação» contingentes do R. I. 4, G. N. R. e P. S. P. e ainda agentes da Polícia Judiciária, para interrogarem os detidos sem documentação.

A 1,30 horas, começou a «operação», actuando num círculo envolvente que tinha por missão fiscalizar «boites», pensões, cafés, tabernas, casas duvidosas, que àquela hora funcionavam ainda, a qual resultou frutuosa. Foram detidos 88 indivíduos de ambos os sexos que, por falta de documentos de identificação, carta de condução e outros, foram conduzidos à esquadra da P. S. P. local e entregues aos agentes da Judiciária.

As 5,30, o M. F. A. deu por terminada a actividade e os elementos colaboradores regressaram aos seus quartéis.

### Os larápios em acção

Após arrombamento, os gatunos penetraram na ourivesaria do sr. Isidro de Oliveira Dinis, na Rua Vasco da Gama, em Quarteira. Uma vez no estabelecimento levaram entre relógios, jóias, fios, cordões e pratos o equivalente a 800 contos.

Um agente da P. S. P. surpreendeu Ilídio Menalha dos Reis, de 19 anos, solteiro, residente no Largo da Porta de Portugal, em Lagos, a revolver uma dependência da Casa dos Pescadores daquela cidade. Preso e levado para o posto da P. S. P. foram-lhe encontrados cerca de vinte contos roubados na mesma Casa dos Pescadores. Foi entregue a juízo.

Em Monte Gordo, da residência do sr.ª D. Albina da Rosa Viegas, ali estabelecida e conhecida vendedora de frituras, foram roubados 217 contos, não havendo vestígios de arrombamento ou de assalto. A roubada apresentou queixa no posto da P. S. P.

Vasques, individual, 6 m, 17 s; 2.º, Paula Patrício, Ciclo Preparatório de Faro, 6 m, 28 s; 3.º, Rosa Luz, Ciclo Preparatório de Olhão, 7 m, 30 s; 4.º, Cidália Valério, Ciclo Preparatório de Olhão, 7 m, 53 s.

Provas-extra: Juvenis (3000 metros), 13 concorrentes: 1.º, João Campos, 8 m, 52 s; 2.º, Luís Horta, 9 m, 17 s; 3.º, Meira Pinto, 9 m, 24 s; 4.º, José Fonseca, 9 m, 25 s; 5.º, Pedro Agostinho, 9 m, 27 s, todos do Liceu de Faro.

Juniores/seniores (6000 metros), 13 concorrentes: 1.º, Dinis Constantino, Faro e Benfica (jun.), 19 m, 29 s; 2.º, Jovito Guia, Faro e Benfica (jun.), 19 m, 46 s; 3.º, Mário Alves, Liceu de Faro (jun.), 20 m, 14 s; 4.º, José Guerreiro, Faro e Benfica (sen.), 20 m, 36 s; 5.º, Alvaro Ramos, Imortal de Albufeira (sen.), 21 m, 05 s.

A. Campos

## Trespasso

Supermercado em boa cidade no Algarve, com muita clientela. Tem licença de talho e charcutaria. Facilite o pagamento. Também aceito sócio mas que possa ficar à testa da casa. Resposta a este jornal ao n.º 171/75.

### Propósitos de incremento de actividades no Círculo Cultural do Algarve

O Círculo Cultural do Algarve enviou-nos o seguinte comunicado:

Os novos corpos gerentes do Círculo Cultural do Algarve, conscientes de que no momento actual os agrupamentos culturais deverão realizar uma acção consequente que promova na realidade a dinamização cultural popular, estão na firme determinação de lutar para a concretização dos objectivos do programa a que se propuseram, através de um trabalho o mais regular possível das secções existentes, algumas delas agora criadas. É preocupação predominante abranger todo o concelho de Faro, através do cinema, teatro, palestras, colóquios e mesas redondas; biblioteca e outras formas de dinamização da leitura, pintura e escultura; música e poesia; desporto-recreação; boletim; universidade popular; alfabetização.

Roga-se aos sócios do Círculo que iniciem uma participação activa nos trabalhos das diversas secções.

JORNAL DO ALGARVE  
N.º 935 — 22-2-975

### TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE PORTIMÃO

## Anúncio

2.ª PUBLICAÇÃO

No dia 6 do próximo mês de Março, pelas 14 horas, no Tribunal Judicial desta comarca de Portimão, nos autos de Carta Precatória vindos do 6.º Juízo Cível da Comarca do Porto, extraídos dos autos de execução de sentença que Carlos de Sousa Morais & C.ª Lda., com sede na Rua Sá da Bandeira, 126, daquela cidade, move aos executados Joaquim Duarte da Conceição Andrés e mulher, Maria José Lopes Borralho Andrés, comerciantes, com estabelecimento na vila de Lagoa e, actualmente, residentes no sítio da Horta do Vale, freguesia de Bensafrim da comarca de Lagos, não-de ser postos em praça pela primeira vez, para se arrematarem ao maior lance oferecido acima do indicado no processo, os seguintes móveis:

Uma mobília do século XVII, de quarto, madeira de mogno, cor preta, estado novo, constituída por oito peças, roupeiro, cómoda, cama, duas mesas de cabeceira, duas cadeiras e uma moldura; um colchão popular de 1980, cor azul, molaflex estado novo.

Portimão, 27 de Janeiro de 1975.

O Escrivão da 1.ª Secção

a) *Abílio dos Anjos Martins*

Verifiquei:

O Juiz Substituto,

a) *Magda Maria Gameiro Oliveira Portela*

### Conferência sobre o café, em Faro

Na Escola de Hotelaria e Turismo, em Faro, o sr. Alvaro Madeira, técnico da Comissão Interministerial do Café, proferiu uma conferência dedicada aos alunos dos vários cursos.

Ilustrada com a projecção de diapositivos, a exposição do sr. Alvaro Madeira focou múltiplos aspectos ligados com o café, desde a preparação dos terrenos para a semente aos antecedentes históricos da cultura e à preparação e comercialização da bebida.

### Reunião na Mexilhoeira Grande com vista à formação da Cooperativa Agrícola de Portimão

A comissão liquidatária do Grémio da Lavoura de Portimão realiza amanhã às 16 horas, na Sociedade Recreativa da Mexilhoeira Grande, uma reunião com vista à formação da Cooperativa Agrícola.

### Foi encontrado o corpo do jovem cabo-verdiano que se afogara no Guadiana

No Guadiana, próximo dos Serviços de Alfândega e da Guarda Fiscal de Vila Real de Santo António, foi encontrado o corpo do jovem cabo-verdiano João Dias Furtado, de 20 anos, ajudante de serralheiro, que, conforme noticiámos no número anterior, se afogara, quando pretendia fugir aos seus perseguidores, nas imediações da antiga dependência da Safol.

O corpo foi sepultado no cemitério vila-realense.

### Vítimas de acidentes de viação

No hospital de Faro, onde se encontrava internado, faleceu mais uma das vítimas do brutal acidente de viação ocorrido há semanas nos Cavacos, e no qual um automobilista colheu 23 pessoas. Com a morte do sr. Renato Eduardo Gago das Dores, de 20 anos, residente em Santa Luzia, Tavira, eleva-se a dois o número de mortos deste acidente.

— Em virtude da grande velocidade a que circulava, derrapou um automóvel e foi embater violentamente noutro veículo. O seu condutor e proprietário, sr. Francisco José Viegas Prado, de 50 anos, casado, natural e residente em Loulé, onde possuía um restaurante, morreu a caminho do hospital de Faro.

— O sr. Manuel Soares Granja, de 60 anos, casado, serralheiro, natural de Moncarapacho e residente nas imediações de Olhão, que seguia numa bicicleta a pedal, colidiu com um automóvel de aluguer conduzido pelo sr. Joaquim Castro, residente em Olhão. O infeliz ciclista, que foi transportado para o hospital de Faro, faleceu horas depois.

## Terra de Cultura

Pretende-se arrendar, mínimo 5 hectares, com água de pé, ou bombada, com dependência agrícola, junto boa estrada. Preferência com árvores de fruto. Compram-se alfaias existentes. Favor indicar local, área e onde tratar, para Apartamentos Sabinos — Armação de Pêra — Telef. 55222 ou 55121.

O JORNAL DO ALGARVE  
Vende-se, em Vila Real de Santo António, na Havanaza

### «O futebolista algarvio do ano»

### Quem conquistará o «Troféu Brandy Casal Sereno»?

No último escrutínio efectuado na nossa Redacção relativamente ao certame «O futebolista algarvio do ano» verificou-se a seguinte classificação: 1.º, Rafael Raimundo, do Lusitano F. C., com 1770 votos; 2.º, João Luís, do Olhanense, com 1160 votos. Entusiasmo e participação efec-

tiva dos nossos leitores nesta iniciativa de *Jornal do Algarve*, cujo vencedor receberá o valioso troféu «Brandy Casal Sereno».

Hoje voltamos a inserir novo cupão-voto que deverá ser preenchido, recortado e enviado a *Jornal do Algarve*, Apartado 12, Vila Real de Santo António.

adubar o MILHO à sorte não é sistema...

# mande analisar as suas terras



A CUF OFERECE-LHE OS SERVIÇOS DE UM MODERNO LABORATÓRIO

SOLICITE INSTRUÇÕES

COMPANHIA UNIÃO FABRIL, S.A.R.L.  
DIVISÃO DE ADUBOS E PESTICIDAS

## Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Faro CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os trabalhadores agrícolas do distrito de Faro a comparecerem no sábado, dia 22 de Fevereiro, pelas 15 horas, no salão dos Bombeiros Voluntários de Faro, para uma reunião, com a seguinte ordem de trabalho:

- 1.º — Eleição da Comissão Directiva Provisória;
- 2.º — Discussão e aprovação do Estatuto do Sindicato;
- 3.º — Problemas vários.

A Comissão Pró-Sindicato

**TROFÉU «BRANDY CASAL SERENO»**

**«O FUTEBOLISTA ALGARVIO DO ANO»**

BRANDY CASAL SERENO Nome: \_\_\_\_\_

Clube: \_\_\_\_\_

Votante: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

## INSTANTÂNEOS

### Mais uma forma utilizada na fuga de capitais

por António do Rio

Foi há dias. Há uns quantos dias, apenas. Mais precisamente, em 30 de Janeiro. No aeroporto de Roissy. Baptizado de Charles de Gaulle. Chegada de um avião, entre as muitas centenas que diariamente chegam e partem dali. Um avião da Air France. Vindo de Lisboa.

Era cerca das dezoito horas. Avião cheio, de realidades e de esperanças. Despejo da carga, da humana e da outra... As mesmas correrias, para a conquista dos melhores lugares (ou simplesmente de lugar) nos autocarros. As mesmas preocupações de bagagens, de recibos de perdas e outras...

Dois casais, unidos na amizade, ou na solidariedade de interesses, desciam, sem pressas nem interrogações. Pessoas de «bem» — ou, pelo menos, de «bem vestidas, bem calçadas». Um dos casais era português. O outro, francês. Percebia-se pela fala. Num lado, um francês correcto, impecável. Do outro, um francês sotaqueado de português. Amigos, isso via-se à vista descoberta. E amigos íntimos, pelo que a seguir se verificou: em dado momento, o membro francês desses dois casais de amigos, acabou a «sua» missão. E entregou ao outro homem, o do casal português, vários maços de notas. De notas do Banco. Do Banco de Portugal. Notas de mil escudos, impecavelmente unidas. Vários maços de notas de conto, de conto de réis...

Um terceiro casal, português, que viajara no mesmo avião, assistiu à cena. E quando quis manifestar o seu espanto, por esse tráfico de divisas — de dinheiro português roubado ao erário português por, certamente, membros da reacção internacionalista — o cidadão francês, com ar superior, desdenhoso, mesmo, corroborado na atitude tomada pelo receptor da «massa», certamente um anti-patriota interessado na agravamento das dificuldades financeiras do novo Portugal, disse, irónico, malcriado:

— Qu'est ce que cela peu vous foutre! Um favor a um amigo, faz-se sempre com prazer.

Passada a onda de raiva, manietada e impotente, do que criticara o contrabando de dinheiro português, cada um partiu para a sua direcção. Certamente jamais voltarão a encontrar-se. E muito menos em idênticas circunstâncias.

Mas o que interessa realçar, neste caso, é a facilidade com que certos reaccionários portugueses, escolhendo Paris para centro das suas acções anti-democráticas, traficam com a saída de capitais do seu país, para criar um ambiente mais pesado de dificuldades para a economia e para as finanças portuguesas, na esperança — que cremos seja vã, graças à vigilância, e ao rigor de controlo que é preciso reforçar, do Povo/MFA — de um retorno ao tempo da ditadura fascista, dos grandes privilegiados senhores, dum escassa minoria com os lemes da produção nas unhas tintas de sangue, sobre a quase totalidade da população portuguesa, transformada em escrava, ou da grande burguesia portuguesa, no país, ou da burguesia internacional, se fugidos na emigração.

Velhos tempos — ainda tão recentes! — em que os bandidos e os assassinos da PIDE/DGS aterrorizavam o país, com a ajuda de seus amigos e informadores, muitos dos quais ainda estão em dívida para com a nova sociedade portuguesa, para com a Democracia que se está construindo em Portugal.

Paris, 5-2-75

## Comício do P. C. P. em Faro

A Comissão Concelhia de Faro do Partido Comunista Português, efectuou uma sessão de esclarecimento na Sociedade Recreativa Artística Farense, que registou uma enchente. Usaram da palavra vários oradores, entre os quais Pedro Soares, do Comité Central, sendo a actual situação política objecto de ampla análise.

## BRISAS do GUADIANA

### Alguns aspectos das principais actividades do concelho de Vila Real de Santo António

#### VIII — CONSIDERAÇÕES FINAIS

VILA Real de Santo António tem duas freguesias, que são a da sede do concelho e a de Vila Nova de Cacela, justificando a crescente importância de Monte Gordo, quer populacional, quer como privilegiada zona de turismo, que se pense também na sua elevação a sede de freguesia.

Grande parte da população de Vila Nova de Cacela dedica-se ao amanho das terras, enquanto outra parte trabalha na frota de pesca vila-realense ou nas de outros centros da Província. Alguns cacelenses, possuidores de um bocado de terra, dividem o seu tempo entre o cultivo desta e a faina marítima. A implantação de um sistema cooperativista, já preconizado, em moldes que as circunstâncias aconselhem, permitirá, aos que vivem mais arreigados à cultura das terras, conseguirem melhores condições de sobrevivência do que aquelas de que presentemente desfrutam. O cooperativismo permitir-lhes-á adquirir mais facilmente a maquinaria agrícola, as instalações e todos os quase todos os produtos indispensáveis a um trabalho mais rentável e frutuoso.

Como em Monte Gordo e na sede do concelho, a emigração provocou em Cacela a fuga de muitos braços úteis, pensando-se que um estudo tendente a melhores condições de trabalho possa vir a facilitar o seu regresso às terras de origem.

A população masculina de Monte Gordo dedica-se essencialmente à pesca, quer nas traineiras vila-realenses, e de outros centros, quer nos barcos de tresmalho, enquanto a feminina trabalha em grande parte nas fábricas de conservas da vila. Muitos, especialmente os mais novos, têm optado pelas menos árduas ocupações oferecidas nos hotéis e residenciais, sendo de esperar que a tendência evolutiva do turismo, bastante facilitada pelas naturais potencialidades da povoação, acabe por atrair para este a maior parte das gentes da aldeia-praia.

Forma económica de fazer turismo, o campismo estende-se dia a dia a um maior número de praticantes, a quem as entidades que superintendem nos parques procuram conceder sempre maiores facilidades, num estímulo sem dúvida proveitoso para ambas as partes interessadas.

O Parque de Campismo de Monte Gordo tem oferecido anualmente rendimentos apreciáveis ao Município, o que fez pensar na construção de outro, de maior lotação, mais próximo da vila, cujo comércio, e actividades afins, resultariam beneficiados.

O apoio financeiro à indústria e comércio do concelho vila-realense é prestado por seis estabelecimentos bancários, que empregam cerca de meia centena de pessoas e dispõem, todos, de modelares instalações.

Entre os restantes serviços públicos inerentes às terras com algum movimento e vontade de evoluir, avulta a exiguidade das dependências dos Correios, Telégrafos e Telefones, que em Monte Gordo é notória e em Vila Real de Santo António «brada aos céus». Pensa-se que estas anomalias, se assim se lhes pode chamar, virão a ser corrigidas num futuro próximo.

Vila Real de Santo António e seu concelho possuem todas as condições para progredir e serem sobremaneira úteis, num consenso económico, ao todo constituído pela Província e pelo País, condições a que não faltam também, através dos diversos estabelecimentos de ensino, as bases indispensáveis a um princípio de formação técnica da sua juventude. Que o Estado lhes não negue, através dos departamentos que até há pouco o não tinham dado, o apoio indispensável, que as autarquias, a indústria e o comércio, sem pôrem de parte os seus indeclináveis deveres para quem os serve e deles vive, se unam para o estudo e resolução dos principais problemas e não esqueçam também os superiores interesses da terra que lhes dá vida, e assim poderemos vir a ter uma Vila Real de Santo António moderna e pronta a «crescer», como há duzentos anos decerto a desejava o seu fundador.

Aqueles a quem tenha despertado a curiosidade a série de pequenos artigos, cuja publicação hoje concluímos, sobre «Alguns aspectos das principais actividades do con-

celho de Vila Real de Santo António», diremos que foi nosso intuito deixar aqui registados, embora sumariamente, esses aspectos de agora, não só por a Vila Pombalina ter completado duzentos anos, como pelas profundas transformações que nos variados sectores se adivinham, nascidos com o advento da Democracia no nosso País.

J. M. P.



Estes são alguns dos artistas que dão vida ao Teatro de Bolso de Lisboa (Casa da Comédia) e que no Algarve (em Faro, S. Brás de Alportel e Vila Real de Santo António) representaram recentemente e com geral agrado do público o poema de Manuel Alegre «Um barco para Ítaca», com encenação de Norberto Barroca e música de Fernando Gaspar, por este cantada e acompanhada à viola. O espectáculo teve na Vila Pombalina a 77.ª representação.

## DUAS MIL PESSOAS ASSISTIRAM EM FARO A UMA SESSÃO DO M. F. A.

CERCA de duas mil pessoas participaram no Cinema Santo António, de Faro, numa sessão de esclarecimento promovida pela Comissão Dinamizadora Regional do Movimento das Forças Armadas, que principiou com a apresentação da peça «Pide, história da repressão», teatralização dos comunicados emitidos pela Comissão de Apoio aos Presos Políticos e que narra os processos e métodos utilizados pela polícia de repressão do governo fascista. Documento humano e de maior importância política, teve extraordinário desempenho dos elementos do Grupo de Teatro Lethes, dirigido pelo dr. Campos Coroa.

A segunda parte foi dedicada ao diálogo e análise de questões da actualidade. No palco viam-se o dr. Luís Filipe Madeira, governador civil do Distrito, coronel Hugo Rodrigues da Silva, comandante do R. I. n.º 4, o 2.º comandante, o presidente da Comissão Regional de Turismo e elementos civis e militares da Comissão Dinamizadora Regional do M. F. A. A abrir a sessão, falou o coronel Hugo Rodrigues da Silva, que citou a acção desenvolvida no esclarecimento das massas populacionais do Algarve, onde já foram realizadas mais de 90 sessões com uma assistência superior a 50 000 pessoas, ou seja cerca de um quarto do eleitorado previsto no Distrito.

O capitão Villas-Boas referiu que o esclarecimento efectuado tinha por pauta o Programa do MFA, «no qual empenhámos a nossa honra, que continuará empenhada até que Portugal tenha uma autêntica democracia». Prestou homenagem às vítimas da luta anti-fascista, «pois foram eles a verdadeira semente do 25 de Abril» e fez ampla análise à situação de Portugal e do povo nas últimas décadas, frisando o que fora a guerra colonial e dizendo que a liberdade deve começar pelo respeito de cada um pelas liberdades dos outros, que «a revolução não é exclusiva do MFA, tem que ser de todo o povo português e é necessário que cada vez este seja politicamente mais esclarecido e que em cada dia mais gente participe na Revolução», pois «travamos uma luta anticapitalista e antimonopolista para que a via socializante do Programa do MFA possa ser uma realidade». Apelou para a colaboração dos mais esclarecidos a favor dos menos dotados, já que a chama da revolução tem que ser acesa dentro de toda a gente e a terminar disse que «o programa do MFA será cumprido

porque foi avalizado por um povo inteiro no dia 25 de Abril».

Seguiu-se um período de amplo diálogo, em que foram colocadas à mesa múltiplas questões, entre as quais as que se relacionam com inflação, unidade e unicidade sindical, nacionalização da banca, a marginalização dos ciganos, política cultural no Governo, democracia pluralista, mercado de trabalho, etc.

A sessão prolongou-se por algumas horas, em atmosfera de interesse.

**MAIS 7350 CONTOS**

distribuídos a semana finda em bilhetes com o Carimbo da

**Casa da Sorte**

**A CASA DOS PRÉMIOS GRANDES**

**2 SORTES GRANDES 6 774-7 000 CONTOS**

**2 TERCEIROS PRÉMIOS 11 878-350 CONTOS**

**JORNAL DO ALGARVE lê-se em todo o Algarve**

## ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ELECTRICIDADE À ILHA DE FARO

O presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Faro, recebemos o seguinte comunicado:

A propósito duma recente sessão de esclarecimento promovida pelo M. F. A. e realizada na ilha de Faro, que o Emissor Regional do Sul transmitiu e de que em «Notas Citadinas» publicadas no semanário «O Algarve», de 5 de Fevereiro, local jornalística da autoria de A. M., o seu autor se fez eco, esclarece-se o seguinte:

1. — As casas da ilha de Faro que se situam a ponte do posto da Guarda Fiscal não integram o

concelho de Faro. Territorialmente, tais casas estão localizadas na zona do Município de Loulé e os respectivos habitantes são munícipes desse concelho.

2. — Na conformidade, o abastecimento domiciliário de água e sua canalização competem de jure, à Câmara Municipal de Loulé. No tocante ao fornecimento de energia eléctrica, luz de iluminação pública ou domiciliária, compete tal matéria à Federação de Municípios do Distrito de Faro, instituição de direito público em que o concelho de Loulé está federado.

3. — Aceita-se que seja mais fácil a canalização e fornecimento de água aos habitantes da zona de Loulé da «Ilha de Faro» a partir da rede pública de Faro, mas tentá-lo sem a anuência expressa do Município vizinho, seria uma usurpação de poderes, que as leis, até de natureza penal, condenam e cominam.

4. — O presente esclarecimento tem em vista repor a verdade, uma vez que a população louletana da «Ilha de Faro» foi, e tem sido, incitada a reiterar reclamações, mal dirigidas, junto da Câmara de Faro, sem curar de saber, na divisão administrativa do território, qual a jurisdição a que está afecta.

5. — A C. M. F. far-se-á eco das reclamações do povo da ilha que habita no concelho vizinho, no sentido de que as suas justas, mas mal orientadas, reivindicações sejam satisfeitas, alertando para elas as autoridades administrativas competentes em razão do território (canalização de água) e em razão da matéria (fornecimento de energia eléctrica).

Pena foi que logo na sessão de esclarecimento em referência o povo não tivesse sido esclarecido, rectificando-se o sentido em que orienta as suas reclamações.

adepo (que se sente no «dever» masoquístico de chorar a negra hora...) ou considerada atentatória da sua dignidade ferida...

A pessoa toda se aliena em função de um resultado que nada mais traduz que o esforço, habilidade ou sorte das equipas contendoras, ou, noutra linha, a justiça ou parcialidade da arbitragem. Mas qual que?!!! Se o conjunto a que se dá o coração (e mais, muito mais), vence o desquite, é o encontro dos deuses no Olimpo! As dificuldades de cada um desaparecem como que por encanto; as misérias volatilizam-se; os problemas deixam de existir e desfazem-se no ar. Mas, aí, se o nosso Benficazinho (o exemplo é apenas motivado pela coincidência com o que se passou no campo do clube lisboeta, que, no fim de contas, nada tem a ver com o exacerbamento da cólera dos seus adeptos e simpatizantes) perde, então é o inferno terreno! Lá se vão as ilusões de felicidade verdadeira e total!

O fenómeno da alienação desportiva — mormente no campo futebolístico — alastra por todo esse País. Cada domingo, nos campos de sua prática, em casa, na rua, de aparelho colado ao ouvido, espera-se a salvação eterna. Momentos bem fugazes, bem ilusórios. Certa camada de gente «droga-se» com o seu desporto favorito, como poderia fazê-lo com ópio, marijuana, L. S. D., ou quaisquer outros estupefacientes ou alucinógenos, tão em moda. Passada, porém, a alegria (irreal) momentânea, provocada por aquilo a que se dá o apelativo de «bom resultado», é, de novo, a chatice quotidiana. E, se as «coisas» correm mal, então é terrivelmente pior — é o caos, é o fim do mundo!

Mas deixemos de parte a comédia e encaremos a questão, porque ela merece ser pensada. Impõe-se viva educação de base, a começar nos bancos das escolas primárias (e, se possível, dentro do próprio agregado familiar), de modo a dar às crianças o verdadeiro sentido das manifestações de cultura física e das competições desportivas — em quaisquer das suas modalidades. «Mens sana in corpore sano», já dizia o latino Juvenal. O desenvolvimento físico e harmonioso do corpo é a base do equilíbrio psico-somático do indivíduo.

A competição desportiva, por outro lado, deverá revestir uma demonstração de qualidade atingida, e deverá ser orientada no plano das relações humanas, dentro de um espírito de confraternização.

Vencidos e vencedores serão palavras banidas, pelo menos com o significado que, hodiernamente, possuem. A época do circo romano já vai longe, para que multidões enfurecidas incitem os desportistas a digladiarem-se mutuamente.

Há que ensinar as pessoas a respeitarem-se umas às outras. Creio que a competição desportiva pode ser aproveitada nessa finalidade, se bem conduzida. Desporto pelo desporto, com todo o prazer e benefício que daí se podem extrair, e não desporto-espectáculo alienante das massas, ou ao serviço de interesses que nada têm a ver com a dignidade humana. Interesses esses que subjugam — muitas vezes — totalmente o Homem, fazendo-o esquecer-se, em bastas ocasiões, da sua condição de ser inteligente que deve dominar as coisas, e não ser dominado por elas.

José Lira

Nota do autor — (1) Este artigo constitui extracto de um outro, publicado em Fevereiro de 1970.